



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O THREE BLOCK WAR E A SUA APLICAÇÃO NO
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

AUTOR: ASPIRANTE AL. INFANTARIA FRANCISCO S. OLIVEIRA FERNANDES

ORIENTADOR: MAJOR DE INFANTARIA ALEXANDRE CARRIÇO

LISBOA, AGOSTO DE 2008



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O THREE BLOCK WAR E A SUA APLICAÇÃO NO
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

AUTOR: ASPIRANTE AL. INFANTARIA FRANCISCO S. OLIVEIRA FERNANDES

ORIENTADOR: MAJOR DE INFANTARIA ALEXANDRE CARRIÇO

LISBOA, AGOSTO DE 2008

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado ao meu pai, aos meus irmãos e principalmente à minha mãe que mesmo depois de falecida continua presente no meu coração.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada, foi possível de concretizar através da colaboração de vários oficiais aos quais endereço o meu profundo agradecimento.

Ao Major de Infantaria Alexandre Carriço que, como orientador do trabalho, demonstrou grande disponibilidade, apoiou-me incansavelmente desde início e prontamente se ofereceu para partilhar o seu saber.

Agradeço ao Tenente-Coronel de Infantaria-Comando Almeida Luís, que ao longo destes últimos anos foi um exemplo de liderança, bem como por me aconselhar a abordar este tema.

Agradeço ao Tenente-Coronel de Engenharia Mendes Martins, que numa primeira fase orientou-me e enquadrou-me neste tema demonstrando uma grande vontade em ajudar-me no domínio conceptual ajudar.

Ao Coronel de Infantaria Comando Paulino Serronha, Coronel de Infantaria Maia Pereira e ao Tenente-Coronel de Infantaria-Comando Pipa Amorim, que contribuíram decisivamente para a fundamentação do meu trabalho através da disponibilidade demonstrada para serem entrevistados e partilharem a sua experiência e conhecimentos.

Aos oficiais que me forneceram dados importantíssimos para a elaboração do trabalho, como o Tenente-Coronel de Infantaria Luís Barroso, o Tenente-Coronel de Infantaria Ribeiro Fernandes (COFT) e o Major de Cavalaria Pedro Ferreira (Estado-Maior do Exército).

Agradeço à minha família, ao meu pai, irmãos e à minha namorada que apesar de se encontrarem longe geograficamente, estiveram sempre presentes no meu coração.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu curso de Infantaria, por todo o apoio que me concedeu ao longo destes anos na Academia Militar, na execução do trabalho e assim como durante a nossa estada em Mafra.

A todos um muito obrigado.

ÍNDICE GERAL

DEDICATORIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
ÍNDICE GERAL.....	III
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	V
RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
1. OPERAÇÕES DE ALTA, MÉDIA E BAIXA INTENSIDADE.....	4
1.1 OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE.....	4
1.2. PRINCÍPIOS.....	5
1.2.1 Objectivo.....	5
1.2.2. Preserverança.....	6
1.2.3. Unidade de Comando.....	6
1.2.4. Unidade de Esforços.....	6
1.2.5. Credibilidade.....	6
1.2.6. Transparência das Operações.....	6
1.2.7. Protecção.....	7
1.2.8. Flexibilidade.....	7
1.2.9. Promoção da Cooperação e Consentimento.....	7
1.2.11. Uso da Força.....	7
1.2.12. Respeito Mútuo.....	8
1.2.13. Liberdade de Movimentos.....	8
1.2.14. Legitimidade.....	8
1.3. TIPOS DE OPERAÇÕES.....	9
1.3.1. Operações de Apoio à Paz (PSO).....	9
1.3.2. Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises.....	11
1.4. AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....	12
1.5. AS <i>PEACE SUPPORT OPERATIONS</i> NA PERSPECTIVA DA NATO E DA ONU.....	12
1.6. CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS.....	13
1.6.1. Espectro das Operações Militares.....	14
2. O CONCEITO DE <i>THREE BLOCK WAR</i>.....	16
2.1. GROSNY E O <i>THREE BLOCK WAR</i>	18
2.1.1 Lições tácticas apreendidas.....	19
2.2 FUNDAMENTOS PARA O PLANEAMENTO DE OPERAÇÕES URBANAS CONJUNTAS.....	22

2.2.1 Generalidades	22
2.3. COMBATE EM ÁREAS EDIFICADAS.....	25
2.4. A NATUREZA DO COMBATE URBANO.....	25
2.5. O CONCEITO PARA AS OPERAÇÕES URBANAS CONJUNTAS.....	26
2.5.1. Perceber/compreender (<i>Understand</i>).....	27
2.5.2. Moldar (<i>Shape</i>).....	27
2.5.3. Empenhar (<i>Engage</i>).....	27
2.5.4. Consolidar (<i>Consolidate</i>).....	28
2.5.5. Transição (<i>Transition</i>).....	28
3. DISCUSSÃO E PROPOSTAS (RELEVANCIA DO TEMA APLICADO AO EXÉRCITO PORTUGUÊS)	30
4. CONCLUSÕES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
ANEXO A: ENTREVISTAS COM COMANDANTES DE FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS (F.N.D.)	1
A1 . ENTREVISTA AO CORONEL DE INFANTARIA PAULINO SERRONHA NO DIA 10ABR08, COMANDANTE DA F.N.D. NA BÓSNIA EM 2000.	2
A2. ENTREVISTA A CORONEL DE INFANTARIA COMANDO MAIA PEREIRA EM 11ABR08, COMANDANTE DA F.N.D. KFOR NO 1º SEMESTRE DE 2007.	6
A3. ENTREVISTA A TENENTE-CORONEL DE INFANTARIA COMANDO PIPA DE AMORIM EM 12ABR08 COMANDANTE DA F.N.D. QUICK REACTION FORCE NO 1º SEMESTRE DE 2007.....	9
ANEXO B: DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO DAS F.N.D. OPERAÇÃO JOINT FORGE/SFOR	14
ANEXO C: DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO DAS F.N.D. NA OPERAÇÃO JOINT GUARDIAN/KFOR	20
ANEXO D: DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO DAS F.N.D QRF DO RCKABUL DA ISAF (1º SEMESTRE/07).	23
ANEXO E: ORGÂNICA DE UM BATALHÃO MARINES.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<i>A.Car</i>	<i>Anti-Carro</i>
A.F.	Aspirante Fernandes
A.F.G.	Governo de Consenso para o Afeganistão
A.F.V.	<i>Armoured Fighting Vehicle</i>
A.R.R.C.	<i>Allied Rapid Reaction Corps</i>
B.A.I.	Brigada Aerotransportada Independente
B-H	Bósnia-Herzegovina
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
B.L.I.	Brigada Ligeira de Intervenção
BIPARA	Batalhão de Infantaria Paraquedista
B.M.I.	Brigada Mecanizada Independente
BrigR.R.	Brigada de Reacção Rápida
CAp	Companhia de Apoio
CAtMec	Companhia de Atiradores Mecanizada
C.C.	Carros de Combate
C.E.M.E.	Chefe Estado-Maior do Exército
C.E.M.G.F.A.	Chefe de Estado-Maior Geral das Forças Armadas
C.F.C.-A.	<i>Combined Forces Command – A.F.G.</i>
CIMIC	<i>Civil and Military Cooperation</i>
CmdLog	Comando Logístico
C.M.O	<i>Civil and Military Operations</i>
C.O.F.T.	Comando Operacional das Forças Terrestres
COMSFOR	Comando da SFOR
C.Op.	Comando Operacional
C.Para	Companhia Paraquedista
C.R.O.	Operações de Resposta à Crise
C.P.	Prevenção de Conflitos
C.S.	Coronel Serronha
CTCmd	Centro de Tropas Comandos
D.O.D.	Departamento da Defesa
DOMun	Dotação Operacional de Munições
E-M	Estado-Maior
Eng	Engenharia
EOM	Estrutura Operacional de Material
EOP	Estrutura Operacional de Pessoal
E.U.A.	Estados Unidos da América

U.E.	União Europeia
F.M.	<i>Field Manual</i>
FND	Forças Nacionais Destacadas
FP	Protecção da Força
HO	Operações Humanitárias
H&S	<i>Headquarters and Services</i>
IFOR	<i>Implementation Force</i>
IPB	<i>Intelligence Preparation of the Battlespace</i>
I.S.A.F.	<i>International Security Assistance Force</i>
J.O.A.	<i>Joint Operation Area</i>
INFO OPS	Operações de Informação
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KTM	<i>Kosovo Tactical Reserve Manoeuvre Battalion</i>
M.D.N.	Ministério da Defesa Nacional
MOOTW	<i>Military Operations Other-Than-War</i> (Operações de Não-Guerra)
MortM	Morteiro Médio
MOUT	<i>Military Operations in Urban Terrain</i>
MSU	<i>Multinational Specialize Unit</i>
NATO	Organização do Tratado Norte Atlântico
N.E.O.	Operações de Evacuação de Não-Combatentes
N.G.O	Organizações Não-Governamentais
N.L.T.	<i>No Later Than</i>
N.R.F.	<i>NATO Response Force</i>
OP.COM.	Comando Operacional
O.E.F.	Operação “ <i>Enduring Freedom</i> ”
OP.LAN	Plano Operacional
O.N.U.	Organização das Nações Unidas
O.S.C.E	Organização de Segurança e Cooperação na Europa
P.B.	Consolidação da Paz
P.E.	Imposição da Paz
PK	Manutenção da Paz
P.M.	Restabelecimento da Paz
P.S.F.	<i>Peace Support Force</i>
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSYOP	<i>Psychological Operations</i> (operações psicológicas)
Q.G.	Quartel General
Q.R.F.	<i>Quick Reaction Force</i>

ROE	Regras de Empenhamento
SAR	Busca e Salvamento
SFOR	<i>Stabilization Force</i>
S.S.R.	<i>Security Sector Reform</i>
T.F.T.	<i>Task Force Tarawa</i>
T.I.A.	Trabalho de Investigação Aplicada
T.N.	Território Nacional
T.O.	Teatro de Operações
T.O.W.	<i>Tube-launched Optical-tracked Wire command link guided missile</i>
U.E.B.	Unidade de Escalão Batalhão
U.E.C.	Unidade de Escalão Companhia
U.S.M.C.	<i>United States Marine Corps</i>
U.S.N.	<i>United States Navy</i>

RESUMO

O tema deste trabalho de investigação aplicada centra-se no conceito de *Three Block War*. É um conceito criado pelo General norte-americano, Charles Krulak, que descreve um complexo espectro de ameaças que uma unidade pode ter de enfrentar no moderno campo de batalha. Em três fracções (quarteirões) de uma cidade, os soldados têm de ter a capacidade de conduzir uma diversidade de operações militares em simultâneo, como por exemplo Operações de Manutenção de Paz (Peace Keeping Operations - PK), Operações Humanitárias (Humanitarian Operations - HO) e de Imposição de Paz (Peace Enforcement - PE) abrangendo um espectro de operações de baixa, média e alta intensidade. Para que uma unidade cumpra os requisitos do conceito de *Three Block War*, tem de estar preparada psicológica e fisicamente para realizar operações de PE num dia e realizar operações humanitárias no dia seguinte.

A importância do tema deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) assenta no eventual interesse para o Exército Português em se manter actualizado e aplicar, se assim o entender, os emolumentos conceptuais e doutrinários que vão surgindo através das lições apreendidas por outros Exércitos, nomeadamente o norte-americano e o inglês.

Neste TIA, vou analisar se o Exército Português está ou não preparado para adaptar e inserir operacionalmente esta nova conceptualização e até que escalão de força pode este conceito ser aplicado em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE:

- *THREE BLOCK WAR*
- OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE
- *MARINES*
- EXÉRCITO PORTUGUÊS
- ESPECTRO DE OPERAÇÕES

ABSTRACT

The subject of this research is centred in the Three Block War concept. It is a concept developed by U.S. General, Charles Krulak, which describes a complex spectrum of threats that a unit may have to face in the modern battlefield. In three city blocks, the soldiers have to have the capacity to lead and implement a mixture of military operations in a simultaneous manner, as for example: Peace Keeping Operations (P.K.), Humanitarian Operations (H.O.) and Peace Enforcement (P.E.), enclosing a spectrum of operations of low, average and high intensity. If a unit wants to be able to implement out the requirements of the Three Block War concept, it has to be prepared psychological and physically to carry through operations of P.E. in one day and to carry through H.O. in the following day.

The importance of the subject of this research work rests in the eventual interest of the Portuguese Army in keeping updated and applying - if thus is to be understood as relevant - the conceptual and doctrinal lines that are appearing through the lessons learned of other Armies, namely the Unites States and the English Army.

In this research work, I will analyze if the Portuguese Army is prepared to adapt and to insert operationally this new concept and until which force level can this concept be applied.

KEY-WORDS:

- THREE BLOCK WAR
- CRISIS RESPONSE OPERATIONS
- MARINES
- PORTUGUESE ARMY
- SPECTRUM OF OPERATIONS



INTRODUÇÃO

Em 2003, o Iraque foi invadido pelos Estados Unidos da América (EUA), e numa fase inicial, o principal objectivo era o de controlar a cidade de Nasiriya, pois esta constituía um ponto com elevado valor estratégico devido a existência do rio Eufrates. O teatro de operações oferecia às unidades combatentes um amplo espectro de operações. O combate urbano, tal como era encarado pelas tropas norte-americanas era único, isto é, os oponentes obrigavam a que as tropas norte-americanas estivessem constantemente em alerta, no entanto, a *Task Force Tarawa (TFT)* dos *Marines*, além de ser uma unidade combatente, também estava preparada para realizar operações de ajuda às populações carenciadas (Humanitarian Operations – HO¹). Era desta forma que os *Marines* visualizavam as múltiplas operações que iriam conduzir no Iraque. Esta pluralidade de operações tem um nome e um referencial doutrinário – *Three Block War*. Este conceito foi idealizado pelo General norte-americano, Charles C. Krulak, comandante dos *Marines* entre 1995 e 1999.

Charles Krulak (filho do Tenente-General Victor Krulak) entrou ao serviço em 1964 e como oficial esteve presente em duas comissões de serviço no Vietname, onde foi comandante de um pelotão e de duas companhias. Após trinta e cinco anos de serviço, retirou-se da vida militar, tendo adquirido uma vasta experiência em campanhas assimétricas. Elaborou o conceito do *Three Block War*, que defende a actuação dos *Marines* em três tipos de operações com graus de intensidade diferentes, em três quarteiros (fracções, zonas, etc.) em simultâneo, como por exemplo, operações de manutenção da paz (P.K.), ajuda humanitária (H.O.) e imposição da paz (P.E.). A visão de Charles Krulak foi testada com grande sucesso em Nasiriyah e em outros campos de batalha espalhados pelo Iraque até à queda do governo de Saddam Hussein².

O conceito do *Three Block War*, é uma temática um tanto recente, pelo que existem poucos autores entendidos sobre a matéria. O escritor norte-americano Matt Zeigler aborda este tema, tendo elaborado o seu primeiro livro em 2004, intitulado de *Three Block War*.

Pretende-se com a realização deste trabalho analisar de que forma esta nova concepção das operações pode ser uma mais valia para o futuro, uma vez que os conflitos actuais tendem a divergir para situações complexas, que requerem cada vez mais unidades bem treinadas de modo a enfrentar os mais diversos tipos de operações num determinado espaço. Nesta ordem de ideias, é importante que o Exército Português esteja preparado

¹ A terminologia usada será redigida em português, mas os acrónimos utilizados são Anglo-Saxónicos.

² Zeigler, Matt (2006), *Three Block War II – Snipers in the Sky*, Lincoln, Universe, p.36.



para os múltiplos desafios que o moderno campo de batalha impõe nas missões acometidas às unidades no exterior do país, o que implica (eventualmente) ter em atenção o conceito norte-americano do *Three Block War*.

Neste Trabalho de Investigação Aplicada, vou centrar a minha análise em torno da questão de saber se o Exército Português está ou não preparado para inserir, caso o deseje, esta nova concepção e até que escalão de força pode este conceito ser aplicado, na medida em que, cada vez mais, o moderno campo de batalha exige que uma força esteja preparada não só para operações de natureza convencional, como também para responder com eficácia às Operações de Apoio à Paz (PSO). Tendo em vista que “a Política de Defesa Nacional tem carácter permanente, exercendo-se com ritmos diferentes em tempo de paz, de crise ou de eventual conflito armado; abrange todo o território nacional, nele compreendido o continente e os arquipélagos dos Açores e da Madeira; tem em conta todo o espaço estratégico de interesse nacional, em particular o espaço interterritorial; e visa garantir a salvaguarda dos interesses nacionais. É de natureza global, abrangendo uma componente militar e componentes não militares, a política de defesa nacional tem ainda âmbito interministerial, cabendo a todos os órgãos e departamentos do Estado promover as condições indispensáveis à respectiva execução” (Borges 2004: 47), assim sendo e como a Política de Defesa Nacional contempla a projecção das nossas forças em teatros de operações internacionais, seria aconselhável que o Exército Português seguisse de perto esta nova temática, e que tomasse medidas no sentido de estar preparado para os cada vez mais exigentes requisitos das missões militares internacionais com base em força constituídas, e onde o *Three Block War* parece ser a formulação que mais irá pautar o *modus operandi* desta forças.

Considerando o macro-enquadramento supra-citado, estruturei o meu estudo da seguinte forma. Numa primeira fase, procurei enquadrar o tema no espectro de operações, englobando os níveis de intensidade destas e um possível encaixe conceptual do *Three Block War* naquelas. De seguida, aprofundei o estado da arte através de uma pesquisa sobre o tema. Na medida que este conceito do *Three Block War* é muito recente, só me foi possível encontrar fontes norte-americanas sobre o mesmo. Adicionalmente, baseei-me em manuais doutrinários norte-americanos, da Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO) e do Exército Português para melhor fundamentar o meu estudo. Tendo em vista que a questão central do meu T.I.A. é a de analisar se o Exército Português está ou não preparado para inserir, caso o deseje, esta nova concepção e até que escalão de força pode este conceito ser aplicado, realizei entrevistas a três comandantes de Forças Nacionais Destacadas (F.N.D.) na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão, como instrumento adicional e contribuinte para a validação da questão.



A metodologia utilizada foi maioritariamente descritiva e assente na consulta de bibliografia disponível tanto na biblioteca da Academia Militar como nos sítios oficiais do Exército norte-americano, inglês, português, e da NATO.



1. OPERAÇÕES DE ALTA, MÉDIA E BAIXA INTENSIDADE

Antes de avançarmos para o fulcro do nosso tema, julga-se importante enquadrar e definir as tipologias de operações não apenas quanto à intensidade (operações de alta, média e baixa intensidade) mas também quanto aos objectivos a atingir, e onde o conceito de *Three Block War* funcionar como elo de ligação e uma possível solução ao materializar-se como um elemento aglutinador dos desafios que se colocam às forças militares, dada a elevada fluidez do teatro de operações onde normalmente decorrem tais operações.

1.1 Operações de Resposta à Crise

O sistema internacional tem vindo a evoluir para uma nova configuração fortemente marcada pela eclosão de focos de tensão e de conflitos regionais tendo por base o exacerbar de nacionalismos, diferendos étnicos, culturais e religiosos. A estes factos como a proliferação e disseminação de armas de destruição maciça, o terrorismo, o narcotráfico e o aumento do crime organizado (Regulamento Campanha Operações (2005): PIII Cap.XIV, p.1.).

O aparecimento e multiplicação de novos tipos de ameaças e riscos, conduziu a que o Estado por si só, apresente grandes dificuldades em garantir o cabal cumprimento das suas funções de segurança, levando-o a estabelecer uma maior cooperação com outros Estados, no sentido de criarem organizações que satisfaçam as necessidades de segurança do colectivo, e que garantam respostas oportunas e eficientes perante as novas ameaças, promovendo ainda, um ambiente estável e seguro no seio da comunidade internacional³.

Sendo assim, em resultado de comportamentos imprevisíveis por alguns Estados (como por exemplo os Estados Falhados⁴) e dos novos riscos e ameaças à segurança daquilo que se entende como sociedade houve a necessidade, por parte das principais organizações internacionais de segurança e defesa⁵, de se aplicarem na prevenção e resolução de conflitos, nomeadamente nas operações de apoio à paz e nas diversas tipologias que destas fazem parte.

³ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) Regulamento de Campanha – Operações; Parte III, Capítulo XIV, p1.

⁴ Estados falhados são fontes de inúmeros problemas. No plano imediato trazem problemas no interior das suas fronteiras (guerras civis, ou catástrofes humanitárias, etc.), e num segundo plano, essa insegurança torna-se factor de instabilidade regional e/ou internacional (fluxo de refugiados, ou até exportação de conflitos. (Carriço; Silva 2008 :16).

⁵ As organizações internacionais referidas são aquelas que têm maior credibilidade internacional tais como: Organização das Nações Unidas (UNO), Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), etc.



Perante estes novos desafios à segurança, importa desenvolver estratégias e métodos de emprego das Forças Armadas para fazer face a estes riscos e ameaças. Surge então no âmbito da NATO o conceito de Operações de Resposta a Crise (CRO)⁶, as quais compreendem várias operações onde o emprego das forças militares é volúvel e com níveis de intensidade variável⁷. “Isto quer dizer que o adversário típico deixa de ser regular e passa a ser irregular” (Barroso 2007: 30). O ambiente operacional em que decorrem este tipo de operações, engloba desde ambientes permissivos a hostis, sendo normalmente influenciados pelas organizações locais (como também organizações políticas opositoras, grupos terroristas, milícias, etc).

1.2. Princípios ⁸

As CRO apresentam um carácter conjunto e multinacional podendo envolver diversas agências, entidades, organizações e Estados, pelo que é essencial o estabelecimento de princípios gerais que enformem a sua conduta. Quanto à sua importância e relevância, tais princípios gerais consensuais não possuem valor absoluto, exigindo um claro entendimento das relações que se estabelecem, sendo estas fundamentais para gerir as interacções de carácter civil – militar, bem como para o alcançar do estado final desejado⁹.

1.2.1 Objectivo.

Toda a operação deve ser orientada para objectivos claramente definidos e compreendidos, que contribuam para alcançar o estado final desejado. Num ambiente de natureza conjunta e multinacional, os objectivos estratégico – militares podem constituir-se como metas parciais a atingir ao longo do percurso estabelecido, que permitam alcançar o estado final político desejado ou uma parcela do mesmo.

⁶ As *Crisis Response Operations* (CRO) conduzidas pela NATO são diferentes das missões Petersberg conduzidas pela União Europeia (EU), as quais englobam missões humanitárias, de *peacekeeping* e gestão de crises (onde se inclui as de *peace enforcement*).

⁷ Considera-se três tipos de intensidade: a alta, média e a baixa intensidade. Na alta intensidade consideramos apenas as operações nas quais o objectivo de uma força é de destruir outra força. Na média intensidade o objectivo é o de estabilização de forças hostis. A baixa intensidade compreende operações de carácter humanitário.

⁸ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha – Operações*; Parte III, Capítulo XIV, p2.

⁹ O estado final desejado representa as condições que quando alcançadas materializam o cumprimento da missão. Normalmente o comandante articula e estado final relacionando a sua unidade com o In, terreno e população. MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2006), *Manual do Processo de Decisão Militar*, Cap. 4, p. 21.



1.2.2. Preseverança.

Numa operação desta natureza, para alcançar o estado final político desejado implica ser-se resoluto, paciente e persistente na perseguição dos objectivos definidos. Procurar garantir o sucesso militar a curto prazo, deve ser ponderado e balanceado com as possíveis consequências que daí podem advir, face aos objectivos estabelecidos e a atingir a longo prazo, em termos sociais, económicos, ambientais e políticos.

1.2.3. Unidade de Comando.

Requer uma clara definição da autoridade, papel e relações entre os intervenientes, para cumprir as tarefas atribuídas.

1.2.4. Unidade de Esforços.

Este princípio, reconhece a necessidade de uma aproximação coerente face a um objectivo comum entre os vários contingentes, bem como entre as componentes civil e militar intervenientes na operação. A cooperação entre militares e civis, requer uma contínua interacção com as Organizações Internacionais e as Organizações Não-Governamentais (N.G.O) envolvidas. Para alcançar este princípio, é essencial estabelecer uma ligação efectiva a todos os níveis e promover, regularmente, Conferências e reuniões envolvendo todas as agências e partes intervenientes.

1.2.5. Credibilidade.

A força deve responder a todas as situações com profissionalismo e rapidez, reagindo com eficácia aos incidentes. A credibilidade é essencial para promover e estabelecer um clima de confiança, pelo que um dos elementos fundamentais para a alcançar passa pela implementação e coordenação de uma capaz campanha de Operações de Informação (INFO OPS). A força não deve apresentar uma postura ameaçadora no entanto, não deve transigir quanto à vontade e capacidade para assumir as suas responsabilidades, se tal lhe for exigido.

1.2.6. Transparência das Operações.

A missão, conceito de operações, bem como o estado final político e militar a alcançar devem ser claramente entendidos por todos os intervenientes (força, agências e partes). Promover um entendimento comum impedirá atitudes de suspeição e desconfiança. Sempre que possível a informação deve ser difundida através de fontes abertas, no entanto este procedimento deve ser balanceado com as necessidades de segurança da própria missão e da força.



1.2.7. Protecção.

A Protecção da Força (FP) é uma responsabilidade de Comando inerente a qualquer operação militar. A FP deve ter em conta factores como a composição e volume da força, os planos, as ordens e as Regras de Empenhamento (ROE) definidas.

1.2.8. Flexibilidade.

O sucesso destas operações envolve uma elevada capacidade de gestão e adaptação, face às mudanças e eventuais transições que ocorram na situação envolvente e que conduzam ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável. De acordo com o Plano Operacional (OPLAN) e dos constrangimentos constantes nas ROE, o Comandante operacional deve facultar o máximo de flexibilidade e as forças devem ter capacidade de se adaptarem rapidamente às alterações que possam ocorrer, sem recurso a apoios exteriores. A força deve ser organizada e suficientemente autónoma em termos de competências, capacidades, equipamento e logística.

1.2.9. Promoção da Cooperação e Consentimento.

Promover a cooperação e o consentimento entre as partes, constitui um pré-requisito neste tipo de operações. Antes da execução de qualquer actividade de natureza militar e que possa resultar na perda do consentimento, exige-se uma cuidadosa ponderação e avaliação face aos objectivos a longo prazo que se pretende vir a alcançar.

1.2.10. Imparcialidade.

As operações devem ser conduzidas sem favorecer ou prejudicar qualquer das partes. Comunicação eficaz e transparência das operações, constituem a chave para manter e promover uma aproximação adequada.

1.2.11. Uso da Força.

O potencial recurso ao uso da força afecta o cumprimento da missão em toda a sua extensão, pelo que requer um contínuo acompanhamento, sendo objecto de revisão e adequação face à situação em curso. Em todos os casos, o uso da força, deve estar de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário e as orientações políticas constantes das ROE. De acordo com a missão, o nível do uso da força utilizada deve ser o adequado para cumprir as tarefas cometidas, devendo ser limitado quanto ao grau, intensidade e duração necessários para alcançar os objectivos atribuídos. As ROE não



devem limitar o direito inerente à legítima defesa, entendendo-se esta como o uso da força necessária e proporcional, incluindo a força letal, contra um ataque efectivo ou iminente à força ou aos seus elementos.

1.2.12. Respeito Mútuo.

Neste tipo de operações, o respeito pela força é consequência directa da sua conduta, profissionalismo, relacionamento com as autoridades reconhecidas e população local. Mecanismos como o Mandato das Nações Unidas, Estatuto da Força (SOFA) e outros acordos, podem conferir determinadas imunidades à força; apesar disso os seus elementos devem respeitar os costumes e leis da Nação Hospedeira. O Comandante Conjunto deve assegurar-se que os mesmos princípios são reconhecidos e implementados entre os diferentes contingentes que fazem parte da força, tendo em conta as diferenças de carácter nacional, cultural e étnicas que possam existir.

1.2.13. Liberdade de Movimentos.

A liberdade de movimentos é essencial para garantir o sucesso no cumprimento de missões desta natureza. O mandato atribuído e as ROE impostas, devem permitir que a força detenha a liberdade e autonomia suficientes para cumprir as tarefas cometidas, sem a interferência das facções presentes. A experiência indica que é frequentes as facções imponem restrições a nível local à liberdade de movimentos. Estas situações devem ser firme e rapidamente solucionadas, principalmente através da negociação e, se necessário, através de acções vigorosas e resolutas, podendo mesmo incluir o uso da força.

1.2.14. Legitimidade.

A legitimidade, em operações desta natureza, constitui-se como um factor crucial para garantir o apoio da comunidade internacional, nações contribuintes, partes envolvidas e comunidade civil. É, também, necessário que a operação seja conduzida de acordo com a lei internacional, incluindo os princípios constantes da Carta das Nações Unidas. Qualquer acusação, de âmbito legal, imputada à força, poderá comprometer a sua posição podendo ser refutada com maior facilidade se a intenção e actividades desenvolvidas forem tornadas claras e transparentes aos olhos da comunidade internacional e partes envolvidas¹⁰.

¹⁰ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha Operações*, Parte III, Cap. 14, p. 2 – 4.



Todos estes princípios convergem para dar uma melhor resposta à muitas das acções inerentes ao conceito de *Three Block War*. No entanto, e a meu ver, o princípio que melhor espelha o conceito em estudo é o princípio da flexibilidade. Isto é, uma força no seu todo tem que ser versátil para responder às exigências do emprego operacional deste conceito. A importância referida a este factor será mais notória e enfatizada ao longo da investigação descrita neste estudo.

1.3. Tipos de Operações

Como referiu o Ministro da Defesa Nacional, “com a nova conjuntura internacional constatamos que a defesa de uma nação já não se restringe às suas fronteiras físicas, e a soberania de um Estado afirma-se em grande medida pela participação das suas Forças Armadas ao serviço da comunidade internacional”¹¹. Ora esta participação tende a abarcar um leque diversificado de missões dada as especificidades inerentes a cada uma delas, como em baixo de elenca.

1.3.1. Operações de Apoio à Paz (PSO)¹²

1.3.1.1. Manutenção da Paz (Peacekeeping – PK)

As operações P.K. geralmente decorrem de acordo com os princípios do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (resolução pacífica dos conflitos), com o intuito de monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz. São desenvolvidas na sequência de acordos entre as partes envolvidas, pelo que decorrem sob o seu consentimento e, por vezes, a seu pedido.

A força envolvida é mínima, com preocupações de legítima defesa, daí que, a perda do consentimento, limitará a liberdade de movimentos da Peace Support Force (PSF) e possivelmente condicionará o cumprimento da missão. Por esse motivo, permanecer imparcial, limitar o uso da força à legítima defesa e a promoção e manutenção do nível de consentimento, são princípios que devem nortear permanentemente a conduta da PSF.

¹¹ Discurso de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional por ocasião do dia das Forças Armadas, a 25 de Junho de 2005, em Estremoz. Ver: AZIMUTE. Mafra, Escola Prática de Infantaria, Dezembro, 2007, p.55.

¹² Baseado numa publicação da NATO: Promulgação (ATP – 3.4.1.1) “Peace support operations / Techniques and procedures, 2001.



1.3.1.2. Imposição da Paz (Peace Enforcement – PE);

As operações de P.E. decorrem normalmente no âmbito do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (ameaça ou ruptura da paz, acto de agressão). Por natureza, são coercivas e são conduzidas quando o consentimento das partes envolvidas no conflito não foi alcançado ou é incerto. Visam manter ou restabelecer a paz ou fazer cumprir os termos especificados num mandato. Na condução deste tipo de operações, a ligação entre os objectivos militares e políticos deve ser muito próxima. Saliente-se que o objectivo das operações de P.E. não visa a destruição de um inimigo, mas sim persuadir, compelir ou coagir uma determinada parte, ou partes, no cumprimento de uma determinada modalidade de acção. Na prática, trata-se de convencer os beligerantes de que o uso da força na resolução da disputa não terá sucesso, sendo necessário, no entanto que as forças empregues possuam as adequadas capacidades de combate, na eventualidade de se efectuarem operações de combate.

1.3.1.3. Prevenção de Conflitos (Conflict Prevention – CP);

Normalmente, são conduzidas no âmbito do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. No entanto, se existir necessidade de deter e coagir as partes através de um mandato de imposição, este poderá ser emitido de acordo com os princípios do Capítulo VII. As actividades de C.P. abrangem desde as iniciativas diplomáticas até ao empenhamento de forças designadas para prevenir ou conter disputas, que possam conduzir a uma situação de conflito armado.

1.3.1.4. Restabelecimento da Paz (Peacemaking – PM);

O P.M. engloba as actividades diplomáticas conduzidas após o início de um conflito, tendo em vista alcançar um cessar-fogo ou um rápido acordo de paz. O P.M. é obtido primariamente, através de iniciativas diplomáticas que incluem os bons ofícios, a mediação, a conciliação, ou ainda, medidas de pressão diplomática tais como: pressão diplomática, isolamento e sanções, para além de outras. Neste tipo de operações, o apoio militar pode ocorrer de forma indirecta (apoio de Estado Maior ou planeamento), ou ainda de forma directa, envolvendo meios militares.

1.3.1.5. Consolidação da Paz (Peace Building – PB);

A P.B. engloba as acções que apoiam medidas políticas, económicas, sociais e militares com o objectivo de fortalecer os acordos políticos e diminuir as causas de conflito,



incluindo os mecanismos indispensáveis para identificar e apoiar as estruturas necessárias para a consolidação da paz e do apoio à reconstrução económica. Assim, as acções de P.B. têm em vista cimentar uma paz frágil e contribuir para uma estabilidade duradoura, através do incentivo à reconciliação entre as partes. O envolvimento militar nestas operações centra-se na garantia de um ambiente seguro e estável que permita às agências civis focalizarem o seu esforço na reconciliação e no processo de consolidação da paz.

1.3.1.6. Operações Humanitárias (Humanitarian Operations – HO).

Uma O.H. no contexto de, ou em apoio de uma PSO, destina-se a aliviar o sofrimento humano das populações, em locais onde as autoridades responsáveis não têm capacidade ou não demonstram vontade de o fazer. Podem ser conduzidas no âmbito de uma PSO ou como tarefa independente, em que as actividades das forças militares precedem ou acompanham as tarefas humanitárias realizadas pelas organizações civis especializadas, cabendo a estas a responsabilidade primária da sua realização.

As forças militares conduzem tarefas específicas de apoio, em coordenação com as agências civis especializadas, devendo adoptar uma postura benigna, excepto no que respeita às medidas de protecção da força.

1.3.2. Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises¹³

- (1) Apoio às Operações Humanitárias.
 - (a) Assistência a Deslocados e Refugiados;
 - (b) Operações Humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Apoio a Assistência a Desastres;
- (3) Busca e Salvamento (SAR);
- (4) Apoio a Operações de Evacuação de Não-Combatentes;
- (5) Operações de Extracção;
- (6) Apoio às Autoridades Civis;
- (7) Imposição de Sanções e Embargos¹⁴.

¹³ Visto que estas Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises, não se adequam ao meu tema, limitei-me a identificar a existência das mesmas.

¹⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha – Operações*; Parte III, Capítulo XIV, p6.



1.4. As Operações de Apoio à Paz¹⁵

Nesta tipologia de operações as organizações internacionais elaboram um estudo exaustivo na identificação da dimensão da crise, e a partir deste processo, através de uma cobertura jurídica legal, irão dar resposta ao conflito através do envio de ajuda militar em apoio às populações necessitadas. No entanto, o sucesso de uma PSO depende muito da população local, das autoridades locais (se existirem) e sobretudo da cooperação por parte dos beligerantes com a força internacional destacada. A principal razão da existência de uma força militar no terreno, assenta na criação de condições que conduzam a um ambiente seguro no local, para que as organizações civis possam desempenhar as suas funções.

Todos os princípios anteriormente examinados são fulcrais para o sucesso de uma PSO, no entanto a importância de tais princípios varia consoante as exigências do ambiente operacional. Deste modo, e no que concerne ao ambiente de PSO, deve ter-se em conta os princípios da imparcialidade, do consentimento e da limitação do uso da força. Estes princípios “devem ser considerados como princípios-base que regulam e norteiam a actuação e conduta de uma força de apoio à paz (Peace Support Force – PSF)”¹⁶.

1.5. As Peace Support Operations na Perspectiva da NATO e da ONU

O sucesso das PSO requer uma completa aceitação e implementação da doutrina NATO, especialmente quando, normalmente, estas operações são conduzidas por vários países aliados inseridos numa missão da Organização. As publicações da NATO (ATP-3.4.1.1 especialmente) servem para criar um padrão na conduta das operações, na medida em que cada país possui doutrinas tácticas e de procedimentos por vezes algo divergentes. O “alvo” destas publicações são os comandantes tácticos, no entanto estas publicações podem ser consultadas a qualquer nível como referência.

As PSO são operações multifacetadas conduzidas imparcialmente, normalmente sob a alçada de organizações internacionais nomeadamente a ONU envolvendo forças militares, agentes diplomáticos e organizações não governamentais. Neste contexto estão previstas operações do tipo P.K., P.E., P.B. e H.O.¹⁷

¹⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha – Operações*; Parte III, Capítulo XIV, p9.

¹⁶ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha – Operações*; Parte III, Capítulo XIV, p6.

¹⁷ Os princípios e os tipos de operações que a NATO defende na condução das PSO, são idênticos aos tratados anteriormente, tendo por base o Regulamento de Campanha e Operações.



Desde a sua criação a ONU, passou por quatro fases¹⁸, sendo que só a partir da última se notou um incremento das acções de paz, impulsionadas pelo fim da guerra-fria. Após a queda do muro de Berlim, aumentou-se a necessidade do recurso às forças de manutenção de paz. Tal aumento deveu-se a uma série de acordos regionais¹⁹, sendo que o declínio e colapso da União Soviética e da Jugoslávia, resultou em novos conflitos, aumentando consequentemente as solicitações à ONU²⁰. As PSO não se encontram expressas na Carta das Nações Unidas, no entanto a ONU admite, segundo o capítulo VI da Carta das Nações Unidas, uma resolução pacífica de controvérsias, em que se tal disputa provocar “uma ameaça à paz e à segurança internacional, procurarão antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à escolha”²¹. A Carta das Nações Unidas admite também uma atitude mais agressiva, segundo o capítulo VII²².

1.6. Conflitos Contemporâneos.

Após a Guerra-fria, os conflitos contemporâneos adoptaram um conjunto de características próprias resultantes dos nacionalismos, etnocentrismo, etc, que se verificaram, principalmente na Europa do Leste. A conflitualidade armada deixou de se verificar num quadro de demarcação rigorosa de fronteiras territoriais nacionais, pelo que hoje, a diferenciação tradicional entre guerras internacionais e guerras internas²³, deixou de ser suficientemente ampla para abarcar todo o tipo de situações verificadas²⁴. A esmagadora superioridade estratégica e militar apresentada por alguns estados

¹⁸ Experimental (1948-1956); afirmação (1956-1967); estagnação (1967-1973); renascimento (1973-1988); expansão (1988-?).

¹⁹ “ O fim da Guerra Fria aumentou a necessidade do recurso às forças de manutenção de paz (...) entre 1989 e 1991 foram alcançados uma série de acordos regionais no Afeganistão, Angola, Namíbia, América Central e Camboja, que determinaram uma acrescida necessidade de forças internacionais imparciais para assistir à implementação daqueles acordos (...) o declínio e o colapso da União Soviética e da Jugoslávia resultaram em novos conflitos que aumentaram as solicitações à ONU”. (Viana 2002: 101).

²⁰ RODRIGUES, Vítor (2002) *Segurança Colectiva*, Edições Cosmos, Lisboa, p.101.

²¹ Artº33 Cap.VI da Carta das Nações Unidas. Disponível em: http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/cnu.pdf, consultado em: 07-08-2008.

²² Cap. VII - Acção em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e acto de agressão: art.º 40 “A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no artigo 39º, instar as partes interessadas a aceitar as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis”.

²³ “As guerras podem ser classificadas, quanto aos intervenientes, em internacionais (quando se verifiquem entre estados ou coligações de estados) ou internas (no interior dos próprios estados – podendo ser apoiadas, fomentadas e impulsionadas do exterior)” (Borges 2004: 17).

²⁴ Ver MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2005), *Regulamento de Campanha Operações*, Contexto Estratégico, p. 3-4.



(nomeadamente os Estados Unidos), induz um eventual opositor, obrigando-o a utilizar estratégias assimétricas (assimetria negativa que envolve uma ameaça às vulnerabilidades detectadas num dispositivo inimigo, com potencial significativamente superior; assimetria positiva ou dissimetria que utiliza potencialidades - por exemplo tecnológicas - para obter vantagens sobre um dispositivo inimigo com potencial significativamente inferior). O que importa aqui referir, é que as fronteiras estabelecidas pelos Estados deixaram de desempenhar um papel preponderante, sendo estas normalmente ignoradas por grupos de natureza não-estatal²⁵. Neste contexto o espectro das operações militares acaba por reflectir as diversas contingências inerentes aos desafios para a segurança e defesa dos Estados colocados por estes actores não-estatais.

1.6.1. Espectro das Operações Militares.

O emprego da força militar não é exclusivo das situações de guerra acontecendo, também, em resposta a crises emergentes ou no cumprimento de missões de interesse público. As operações de combate devem ser entendidas como todas aquelas em que é necessário o emprego do combate tático para alcançar os objectivos definidos, as quais podem incluir operações ofensivas, defensivas, retrógradas, de transição, etc. Desta forma, a linha do consentimento é particularmente importante em Operações de Resposta a Crise, em que o emprego da força militar poderá ou não ser aceite de igual forma por todas as partes envolvidas²⁶.

Sendo assim é importante apreender todo o espectro de operações, porque uma unidade preparada para implementar o conceito de *Three Block War* deve concentrar o seu treino e acção de forma a poder responder a qualquer tipo de operações inserida no espectro abaixo representado, seja em ambiente de paz (baixa intensidade), de crise (média/alta intensidade) ou de guerra (alta intensidade).

²⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha – Operações Contexto Estratégico*, p. 4.

²⁶ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) *Regulamento de Campanha – Operações Operações Militares*, p.10-11.

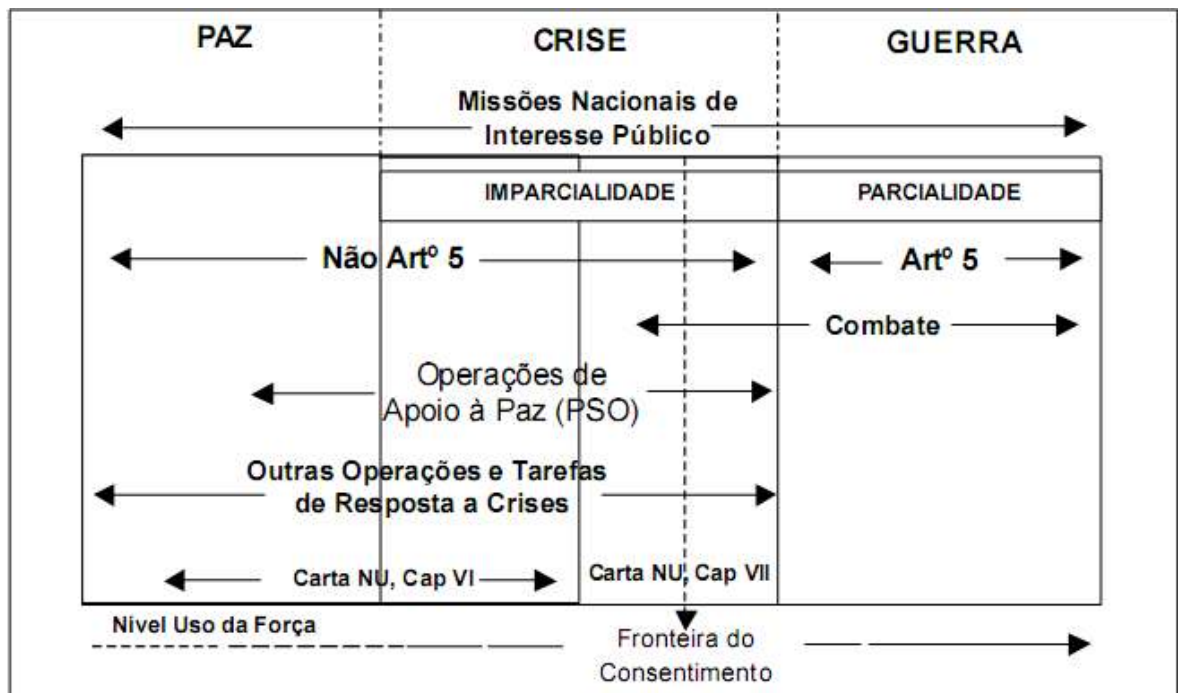


Figura 1 – Espectro das Operações (Fonte: RC 130-1 Operações Militares, p.11.)



2. O CONCEITO DE *THREE BLOCK WAR*

A partir de meados da década de 90 do século vinte, as características do campo de batalha tornaram-se mais ambíguas, conferindo ao soldado uma maior responsabilidade e um incremento do estado de stress aos mais baixos escalões em consequência da necessidade da descentralização do poder. A rápida expansão da tecnologia, o aumento de complexos factores transnacionais, consequências do incremento da globalização, e a interdependência económica fazem com que a segurança nacional dos Estados esteja em sob constante ameaça²⁷. Segundo estudos efectuados, prevê-se que em 2020 85% da população mundial ocupará as cidades costeiras (cidades estas que não desfrutam normalmente de boas infra-estruturas²⁸.

Tendo em conta o aumento da confrontação entre várias etnias, ideologias políticas e convicções religiosas, estas podem originar conflitos caracterizados por cada vez mais um complexo campo de batalha. O desenvolvimento da tecnologia do armamento e do equipamento e o fácil acesso a estes por parte de grupos terroristas, faz com que a ameaça seja crescente. Este facto torna mais difícil a identificação entre a população civil de indivíduos que constituam uma verdadeira ameaça, conferindo ao soldado envolvido nas novas tipologias de operações um papel crítico. É também importante realçar que a presença dos *media* faz com que cada acção de conflito possa ter uma implicação global, pelo que os soldados podem estar sob constante juízo pela plateia internacional²⁹.

Desde meados dos anos 90, que temos constatado nos diversos teatros de operações um cada vez mais complexo ambiente operacional. A partir das operações de contra-insurreição na Somália conduzidas pelas forças militares norte-americanas, as Operações de Não-Guerra (*military operations other-than-war – MOOTW*), passaram a albergar operações incongruentes³⁰ de alta, média e de baixa intensidade. A esta dialéctica que abarca a quase totalidade do espectro das operações militares, com graus de

²⁷ Ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais e morais. Podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.) (Borges 2004: 68).

²⁸ KRULAK, C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*, Marines Magazine, Janeiro. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm, consultado em: 07-08-2008.

²⁹ KRULAK, C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*, Marines Magazine, Janeiro. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm, consultado em: 07-08-2008.

³⁰ Segundo o capítulo 8 do *Field Manual 100 – 7*, as MOOTW são transversais a todo o espectro de guerra, daí a incongruência e inconstantes operações que um soldado de Infantaria enfrenta num ambiente *Three Block War*. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-7/f1007_13.htm#REF61h2 consultado em: 07-08-2008.



intensidade divergentes, as forças militares dos Estados Unidos, mais propriamente os *Marines*, denominaram *Three Block War*³¹.

Segundo o conceito de *Three Block War*, os *Marines* podiam responder a um espectro ampliado de operações táticas de diferentes intensidades num determinado período e em diferentes zonas do teatro de operações, através da sincronização, versatilidade e economia das forças. A trágica experiência dos norte-americanos na Somália, durante a *Operation Restore Hope*, comprovou o quanto pode ser volátil este tipo de operações.³² Um pouco mais de uma década depois em resultado da intervenção militar norte-americana no Iraque, os *Marines* confrontaram-se com um desafio similar.

De acordo com Matt Zeigler, em acumulação com o contínuo empenhamento das forças no campo de batalha perante as múltiplas ameaças, as *Task Force Tarawa* dos *Marines* (TFT *Marines*), tinham que liderar acções no terreno em prol do apoio às populações ao mesmo tempo que efectuavam combates urbanos. O combate urbano no Iraque contemplava pois uma panóplia de desafios, enfrentando os *Marines* um sem número de contingências que o conceito de *Three Block War* procurava resolver.

Este conceito norte-americano não descreve uma situação estática onde as diferentes operações ocorrem isoladamente em diferentes zonas de terreno, sem que estas tenham influência umas nas outras. De facto elas podem facilmente, de um momento para outro, e inadvertidamente, variar de intensidade no mesmo local: “*Further, the three-block model does not describe a static situation where the events on each block have no influence on the others. Indeed (...), the three blocks easily slip into one another and military action can easily cause such shifts inadvertently.*” (Mitchell 2007: 2). É esta multiplicidade de condicionalismos que identifica da melhor forma aquilo que o conceito de *Three Block War* procura resolver³³.

Este novo conceito vai exigir das tropas uma maior descentralização de comando (que não menor unidade de comando), conferindo maior iniciativa aos mais baixos escalões. As sub-unidades têm de ser capazes de actuar isoladamente da unidade, na medida em que o *Three Block War* admite que uma sub-unidade ao ser separada pode-se deparar com operações que abrangem todo o espectro de intensidade. Este conceito impõe que o comandante de uma pequena sub-unidade (secção por exemplo) seja capaz de decidir correctamente, no momento exacto, sem que haja uma directa supervisão do escalão superior. Sendo assim, o comandante de uma pequena unidade deverá ter sólida

³¹ KRULAK, C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*, Marines Magazine, Janeiro. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm, consultado em: 07-08-2008.

³² A operação na Somália foi patenteada exemplarmente na obra de Mark Bowden, *The Battle of Mogadishu, Blackhawk Down*. Krulak, C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*, Marines Magazine, Janeiro. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm, consultado em: 07-08-2008.

³³ ZEIGLER, Matt (2006), *Three Block War II – Snipers in the Sky*, Lincoln, Universe, p.36.



maturidade, um grande sentido de justiça e uma grande resistência psicológica para comandar os seus homens em operações com elevado grau de atrição. Como refere Mitchell: *“Military frequently refer to the idea of a “strategic corporal” where a low-ranking personnel cause enormous strategic impacts through very localized action.”* (Mitchell 2007: 2)

Este conceito foi idealizado por um General norte-americano Charles C. Krulak, o qual foi comandante do Corpo dos *Marines* entre 1995 e 1999³⁴. Krulak, filho de um Tenente General Victor Krulak, nasceu a 4 de Março de 1942, no Estado de Virgínia. Entrou ao serviço em 1964, e enquanto oficial subalterno esteve no Vietname por duas vezes, comandando duas Companhias e um pelotão. A sua experiência num conflito assimétrico desenrolado no Norte do Vietname contra os vietcongues, combinada com algumas acções de HO, ajudou-o a ter uma visão crítica acerca do moderno campo de batalha. Este novo conceito foi comprovado em áreas de operações no Iraque, principalmente na cidade de Nasiriyah, onde as unidades norte-americanas e britânicas confrontaram-se com unidades convencionais de carros de combate (CC), e de artilharia e também contra forças irregulares compostas essencialmente por milicianos. Em simultâneo a população local necessitava de apoio médico-sanitário e alimentar e da recuperação dos serviços municipais de saneamento básico.

“In June 1995 General Charles Krulak, then Commandant of Marine Corps,(...) developed the phrase “Three Block War”. This simple phrase has caused the Department of Defense (D.O.D.) to conduct vast studies and resource numerous experiments to try and solve the problems of the “Three Block War” (Boggs 2000: 5).

Um exemplo do interesse norte-americano na introdução deste conceito inovador, é o que irei apresentar de seguida, no qual um Major norte-americano, Michael Kelly, discorre sobre o conflito que envolveu forças russas e guerrilheiros independentistas chechenos mais concretamente na capital Grosny, do qual retira lições apreendidas e as aplica ao conceito de *Three Block War*.

2.1. Grosny e o *Three Block War*

Em virtude dos desenvolvimentos e desafios político-sociais e económicos em cima descritos genericamente, os quais acabam por pautar o novo ambiente operacional, desde 1995 que os U.S.M.C.³⁵ focalizaram ainda mais as suas atenções para o combate em áreas

³⁴ KRULAK, C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*, Marines Magazine, Janeiro. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm, consultado em: 07-08-2008.

³⁵ USMC (United States Marine Corps)



edificadas. Em consequência dessa focalização, criaram o conceito do *Three Block War*. O autor refere que num primeiro bloco, as operações seriam de natureza humanitária, num segundo realizar-se-iam operações de segurança (subentende-se operações de média intensidade), e num terceiro bloco, operações de alta intensidade. Para fazer face às duas primeiras situações os *Marines* estavam bem preparados, mas no que concerne a combates de grande intensidade – devido à grande mutabilidade e exigência dos combates em áreas urbanizadas – eram e são necessários treinos de táticas e de procedimentos de modo a que uma unidade *Marine* seja capaz de responder eficazmente ao conceito. Segundo a tese do Major norte-americano Michael Kelly, a política de treinos e práticas na componente urbana levada a cabo pelos *Marines* estava agora já ultrapassada, pelo que efectuou algumas recomendações, tendo como base de estudo a batalha de Grozny de modo a dar credibilidade às suas conclusões³⁶.

2.1.1. Lições táticas apreendidas

Relativamente ao treino, este deverá ser contínuo. As capacidades dos soldados devem ser exploradas e melhoradas ao máximo. Sendo o teatro de operações maioritariamente urbano, o treino deveria ser concentrado no tipo de dificuldades que este tipo de ambiente oferece, sendo portanto fundamental a selecção de uma força com experiência de combate em áreas edificadas. As forças russas começaram o seu programa de treinos após terem abortado o seu ataque em 31 de Dezembro de 1994. Relativamente ao combate em áreas edificadas, as forças russas apresentaram grandes deficiências em tiro instintivo, no tiro sobre alvos em movimento e no desrespeito pelas Regras de Empenhamento (ROE) quando em contacto com a população civil.

As *Ad Hoc units*³⁷ (neste caso as tropas russas enviadas quando as forças policiais locais se mostraram incapazes de derrotar os guerrilheiros chechenos), não estavam preparadas a nível organizacional, de equipamento e material, para as exigências do combate em áreas edificadas.

As unidades de combate deverão ser homogéneas, pois segundo o estudo do Major norte-americano, o nível de fraticídio entre as *Ad Hoc units* foi elevado, uma vez que normalmente não se respeitou o facto de estas unidades deterem uma uniformidade de treinos. Este facto mais fulcral se torna quando se tratam de operações em áreas edificadas para as quais importa uma grande interacção coordenação entre os homens, isto é, estas unidades quando são formadas devem respeitar o facto dos soldados se conhecerem de

³⁶ KELLY, Major Michael (2000), *Grozny and the Third Block: Lessons Learned from Grozny and their Application to Marine Corp's MOUT Training*, Tese de Mestrado, Monterey (CA), EUA. Disponível em: <http://www.ccc.nps.navy.mil/research/theses/kelly00.pdf>, consultado em: 07-08-2008.

³⁷ *Ad Hoc units*: do latim significa à posteriori, após.



operações anteriores e de terem combatido juntos. Desta forma irá aumentar a rotina, a sincronização e a coordenação (fundamental no combate em áreas edificadas) entre os homens e consequentemente diminuir o fratricídio.

Outra forma de reduzir o fratricídio é desenvolver um método de identificação nos soldados em combate próximo, isto é, uma simples marca no uniforme seria o suficiente, porque houve casos em Grozny em que alguns guerrilheiros chechenos se infiltraram nas tropas russas a fim de destabilizar algumas das sub-unidades e provocar o fratricídio. Outro erro crasso das tropas russas em combate urbano foi de, numa tentativa de facilitar a comunicação e de identificar as tropas amigas, os russos pintaram as escotilhas das viaturas de branco, sob pena de não serem também atingidos pelas armas dos helicópteros russos, ao aperceberem-se do facto, os chechenos, fizeram das viaturas russas alvos fáceis.

As operações que se desenrolaram em visibilidade reduzida foram um grande desafio para as tropas russas, pois segundo o Major norte-americano, as tropas russas tinham meios de visão nocturna escassos e treino insuficiente para corresponder às exigências do ambiente operacional em que operavam. No que diz respeito às comunicações, as tropas russas transmitiam em sinal aberto, o que permitia aos chechenos a antecipação dos acontecimentos e a tomada de decisões, tendo como base as comunicações russas. Relativamente às unidades de reconhecimento, estas encabeçavam os assaltos convencionais, perdendo desde logo o propósito pelo qual foram constituídas: o de adquirir informações. Desde cedo, as tropas russas usaram munições tracejantes de forma a prevenir o fratricídio, mas rapidamente perceberam que os chechenos poderiam identificar as posições dos soldados russos, acabando por cessar a sua distribuição e utilização por parte dos russos.

As conclusões em cima referidas são relevantes para o conceito de *Three Block War*, pois um estudo divulgado pelo *Warfighting Lab on Urban Combat*³⁸ norte-americano evidenciou quatro aspectos comuns em todas as operações urbanas: primeiro, a tentativa por parte das forças atacantes de cercar ou isolar a área edificada; segundo, quaisquer que sejam os procedimentos ou táticas, os danos causados a ambos os beligerantes são significativos; em terceiro lugar, existe um enorme consumo de munições e de granadas; por último, o combate em áreas edificadas é muito exigente a nível físico e psicológico.

Seria normal que o Major fizesse algumas recomendações. Neste contexto a principal recomendação que o autor centra-se na ênfase que deve ser conferida a uma melhor qualidade relativamente aos treinos, que se devem assemelhar ao máximo à realidade,

³⁸ KELLY, Major Michael (2000), *Grozny and the Third Block: Lessons Learned from Grozny and their Application to Marine Corp's MOUT Training*, Tese de Mestrado, Monterey (CA), EUA pp.79 – 85. Disponível em: <http://www.ccc.nps.navy.mil/research/theses/kelly00.pdf>, consultado em: 07-08-2008.



utilizando-se uma base aérea inactiva ou construindo uma nova com mais de 200 edifícios, contemplando um ambiente subterrâneo (os eixos de aproximação subterrâneos são normalmente vias secundárias e de pouca importância para os comandantes devido as limitações de movimentos, mas no entanto é fulcral para um comandante controlar e reconhecer este ambiente subterrâneo³⁹), e assim poderia haver treinos até unidades de escalão batalhão: *“The Marine Corps would be wise to follow the lead taken by the Warfighting Lab and establish the former George Air Force Base as the Corp’s Premier MOUT⁴⁰ training facility”* (Kelly 2000: 79).

O autor defende também a construção de paredes de betão (muito usuais em áreas edificadas) para a possibilidade de execução de treinos mais verosímeis, permitindo a utilização de munição real e/ou a simulação de aberturas de brecha, ao invés de cingir-se apenas aos pontos de entrada já existentes (portas, janelas, etc). Tendo em vista que o combate em áreas edificadas consome numerosas munições, o autor defende a utilização de armas de *paintball* ou simuladores nos treinos com vista a economizar os custos. Kelly admite que o treino de forças preparadas para o *Three Block War* é muito caro, no entanto advoga que os actuais conflitos espelham uma grande complexidade e exigem cada vez mais uma polivalência das forças militares e conseqüentemente, um maior investimento. *“If the Corps is serious about the Three Block War and improving MOUT training it must invest the time and Money”* (Kelly 2000: 82)

Como já vimos anteriormente, o aspecto psicológico no combate em áreas edificadas é muito significativo. É por esta razão que o autor propõe que seja adicionado um treino psicológico/mental específico, onde o Exército norte-americano possa usufruir da experiência adquirida por militares envolvidos em anteriores combates urbanos.

Uma força que aspire estar preparada para o *Three Block War* tem de treinar com munições reais. Kelly acredita que o treino deve ser estimulante e desafiante, e não se deve conformar somente com munições não letais, mas ter também uma grande preponderância no tiro de munição real (aplicar sistemas de tiro móvel nos edifícios «armadilhas»). Tal tipo de treino em áreas edificadas é um grande risco, pelo que o treino deverá ser conduzido sobre grandes cuidados de segurança: *“If we cannot safely execute this level of training, we should not allow our marines to fight in urban areas. (TRAIN AS WE FIGHT!)”* (Kelly 2000: 86).

³⁹ Ver FIELD MANUAL (2003), *Urban Operations*, Department of the Army, cap.2-16. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/3-06/chap2.htm#2-1>, consultado em: 07-08-2008.

⁴⁰ MOUT: *Military Operations in Urban Terrain*.



O Major norte-americano termina as suas recomendações admitindo que a doutrina norte-americana deve ser revista para responder às exigências do novo conceito *“Doctrine should reflect the concepts of the Three Block War”* (Kelly 2000: 86).

As conclusões da sua tese, “circundam” o novo conceito de *MOUT*. Ele afirma que os *Marines* vão conseguir adaptar-se ao novo conceito, na medida que, no primeiro e segundo bloco (o autor equipara o primeiro e o segundo bloco como conflitos de baixa e média intensidade) estão preparados, carecem apenas de se preparar e treinar para o terceiro bloco (alta intensidade) *“Marines will fight the Three Block War, Blocks One and Two will continue to be where we usually operate. We must be ready and prepare for block three. Currently we are not. But we can be”* (Kelly 2000: 87). *“To better focus the planners, trainers, and most importantly, the executers of these plans and training programs, doctrinal changes must be made to reflect the Corps’ concept of the Three Block War. The time to star saving lives is now”*. (Kelly 2000: 87 - 88).

Se o conceito de *Three Block War* centra-se no contexto operacional das operações urbanas, torna-se importante analisar a forma como estas poderão ser planeadas e conduzidas.

2.2 Fundamentos para o Planeamento de Operações Urbanas Conjuntas

2.2.1 Generalidades.

O planeamento para as operações urbanas conjuntas, geralmente segue o mesmo processo dos outros tipos de operações. No entanto, o desafio inerente às operações urbanas é diferente e complexo, e por essa razão, os comandantes devem reconsiderar as exigências que o ambiente operacional de uma zona urbana oferece no planeamento das suas operações⁴¹.

As operações urbanas conjuntas, não estão exequíveis sem um conhecimento das características das zonas urbanas e de operações urbanas passadas. A natureza única que um teatro de operações em zonas urbanas oferece, irá afectar o planeamento das operações militares. Antes de conduzir as operações urbanas conjuntas, há uma série de procedimentos de modo a maximizar a eficiência de uma força através de um programa de especialização de tropas, exercícios e simulações de combates. As condicionantes anteriormente referidas, são de grande importância para os comandantes, porque é através

⁴¹ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations, Joint Publication 3-06*, Cap 2, p.1. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



do treino que se conhece a natureza e a complexidade de uma zona urbana, e das táticas e técnicas a utilizar⁴².

Devido à complexidade das operações urbanas estas tendem a ser exigentes em termos de tempo, acções de combate, obtenção de informações e equipamento. A sincronização e interacção de forças conjugadas com o tempo e as condicionantes do ambiente operacional, tornam-se mais difícil de conjugar. Os comandantes têm que analisar cuidadosamente a zona urbana na relação de toda a campanha e determinar como melhor aproveitar os recursos de forma integrada e sincronizada para poder responder com eficiência os objectivos da operação. A reduzida velocidade a que uma operação urbana decorre e a presença significativa de não-combatentes e a natureza de uma área urbanizada, afectam as acções simultâneas e a profundidade de uma força⁴³.

A simultaneidade não é só relativa às operações de combate, como também às operações humanitárias e outras operações de não-guerra. A profundidade nas operações urbanas podem estender-se para além da actual área urbana ou situar-se nas áreas adjacentes. O equilíbrio entre as forças é nas operações urbanas um factor difícil de medir, por isso recorre-se a forças combinadas ultrapassando mesmo a constituição normal das forças para poder responder às exigências do campo de batalha. O *timing* é um dos factores que mais afecta as operações urbanas. Retardar as acções ofensivas materializa tempo crucial que se ganha para uma unidade que está a efectuar operações defensivas. Quanto mais tempo uma unidade ganhar mais probabilidade terá de intervir decisivamente nos objectivos estratégicos. Os comandantes das forças urbanas têm que planear pormenorizadamente o decorrer das operações, particularmente das forças apeadas (normalmente são as que sofrem mais desgaste físico e stress). Os comandantes das forças urbanas têm que alcançar a sincronização e integração ideal do *timing*, que acaba por ser fundamental para neutralizar as acções hostis⁴⁴. “*The tempo with the commander can react to events, take action, and manoeuvre the force is key to success in urban operations*” (Abizaid (2002): II- 4, 5).

O grande dilema dos comandantes das forças urbanas conjuntas é o de derrotar as forças hostis sem causar quaisquer danos aos não-combatentes. Têm que ter a habilidade e a capacidade suficientes para actuar de forma precisa nas operações (precisão no disparo,

⁴² ABIZAIID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II - 1. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁴³ ABIZAIID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II - 1. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁴⁴ ABIZAIID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II - 4. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



acção directa nos alvos específicos e uso de armas não letais nas infra-estruturas seleccionadas). Os comandantes de uma força urbana, terão que planear bem a sua operação porque a chave do sucesso é conseguir alcançar o estado final desejado através de operações simultâneas e sequenciais. Para isso, o comandante terá que estudar bem a área urbana (em termos geográficos) de forma a delinear o apoio logístico, as modalidades de acção mais prováveis e mais perigosas do inimigo e também verificar as zonas mais densamente habitadas de forma a não haver vítimas entre os não-combatentes⁴⁵.

O centro de gravidade⁴⁶ das áreas urbanas poderá ser as forças opositoras e as suas capacidades, infra-estruturas chave, população civil, etc. Os comandantes de forças urbanas conjuntas têm que identificar o centro de gravidade e destruir ou neutralizá-lo o mais rápido possível. Sempre que possível, as forças urbanas têm que atacar directamente o centro de gravidade inimigo, conduzindo ataques simétricos e assimétricos para explorar as vulnerabilidades inimigas e preservar a liberdade de acção das forças amigas nas presentes e futuras operações. No entanto, o centro de gravidade inimigo estará bem protegido, dessa forma será necessário o recurso a ataques indirectos até que haja condições para efectuar acções directas. Na opção de ataques directos ou indirectos dos centros de gravidade, os comandantes das forças urbanas têm que compreender a natureza destes centros de gravidade em relação ao ambiente urbano, isto é, não se pode atacar o centro de gravidade inimigo onde este possam existir um grande numero de não-combatentes por exemplo⁴⁷.

Os pontos decisivos⁴⁸, podem ser geográficos, não sendo centros de gravidade, mas sim pontos-chave (no terreno) de ataque aos centros de gravidade, e também ser de natureza psicológica, na medida que a eliminação de um líder inimigo, pode afectar decisivamente as acções inimigas tornando-as mais vulneráveis. A natureza das operações

⁴⁵ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 5. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁴⁶ “Os centros de gravidade são definidos como características, capacidades ou locais dos quais derivam a liberdade de acção, a força física ou a vontade de combater de uma Nação (...). Em termos simples, um centro de gravidade é a principal fonte de força ou poder que permite alcançar um objectivo.” (RC Operações, PII, Cap 3, p.7).

⁴⁷ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 5. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁴⁸ Segundo o Processo de Decisão Militar, o ponto decisivo representa o local ou momento onde a unidade deverá concentrar o potencial de combate esmagador que pode permita atingir a finalidade da operação. Poderá ser relativa a uma posição de terreno, força inimiga ou acontecimento. MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2006), *Manual do Processo de Decisão Militar*, Cap. 4 p. 26.



urbanas requer um cuidado acrescido ao ponto de culminação⁴⁹. A característica de constante actividade das forças que o combate urbano apresenta, requer um cuidado acrescido na gestão dos recursos, quer no caso da força que ataca ou da força que defende, dada uma maior taxa de consumo dos mesmos, daí a importância da logística e de um adequado planeamento no apoio logístico às forças.

2.3. Combate em Áreas Edificadas.

O campo de batalha é definido por um ambiente que reúne um conjunto de factores e de condições as quais têm que ser compreendidas de modo a aplicar com sucesso o poder de fogo, e a protecção da força para completar com sucesso a missão. O campo de batalha inclui a componente do ar, solo, mar, espaço, as forças amigas e inimigas, as infra-estruturas, o clima, o terreno, o espaço electromagnético e informações sobre a área de operações (área de influência e área de interesse). O combate nas áreas edificadas inclui todas as características acima referidas, mas mais focalizado naquilo que os americanos chamam de *urban triad* (tríplice urbana) que se consubstancia no terreno característico das zonas urbanizadas, na população e nas infra-estruturas⁵⁰.

Uma área de operações urbana, atribui ao comandante uma grande margem de manobra para planear a missão, porque uma área de operações maioritariamente urbanizada, estende-se para além das áreas edificadas. Compreender o ambiente operacional urbano, permite aos comandantes desenvolver os seus planos para proteger e sustentar as forças, concentrar o esforço da unidade pela sincronização e integração do potencial de combate das forças. Permite-lhes (aos comandantes) a visualização da relação de forças amigas para o adversário na área em termos de tempo, espaço e recursos⁵¹.

2.4. A Natureza do Combate Urbano.

O combate em áreas edificadas abrange a tríplice urbana. O espaço urbano alberga também o espaço aéreo e o espaço subterrâneo. Uma grande dificuldade com que uma força pode deparar-se é a população civil, porque um elemento inimigo pode facilmente

⁴⁹ O Ponto de Culminação é onde uma força não tem mais a capacidade de continuar a sua operação seja no tempo ou no terreno. Ver DEPARTMENT OF THE ARMY (2008), *FM 3-0 Operations*, Cap 6, p 6-18. Disponível em: <http://www.mediafire.com/?cj1itmz0xns>, consultado em: 07-08-2008.

⁵⁰ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 6. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁵¹ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 6. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



dissimular a sua presença por entre a população. As infra-estruturas também influenciam as acções quer das forças amigas quer das forças inimigas. É esta tríplice urbana (*urban triad*) que influenciará o planeamento do comandante na condução de operações urbanas⁵².

O tipo de teatro de operações urbanas pode variar. O teatro pode consistir em forças hostis convencionais, milícias, terroristas, grupos de crime organizado, grupos políticos opositores, ou pode tratar-se simplesmente da mais pura degradação ou ausência dos meios básicos de sobrevivência humana. As forças amigas podem encontrar qualquer tipo de teatros isoladamente, mas o mais frequente, segundo experiências mais recentes nas áreas urbanas, é o de encontrar uma combinação de várias das componentes anteriormente referidas. O combate urbano pode conduzir à fome e à doença entre a população local, provocar instabilidade e conseqüentemente encorajar actividades de guerrilha e das milícias enquanto que a destruição de infra-estruturas pode originar um aumento da actividade criminal. Desta forma, o planeamento de uma operação em áreas edificadas torna-se muito complicada devido a complexidade das características que estas apresentam⁵³.

Uma das mais preponderantes características no combate urbano é a densidade (densidade de infra-estruturas, de não-combatentes, de forças inimigas, de alvos, etc.). Em terreno aberto, uma força poderá ter que controlar uma grande área. A distância da linha de vista reduz-se normalmente a poucos metros nas áreas urbanas, e esse mesmo espaço pode conter um ilimitado número de forças inimigas e também de população (o fogo pode facilmente originar danos colaterais). A profundidade de uma força pode prolongar-se através de vários blocos da área urbana. Compreender o espaço urbano é um pré-requisito essencial e crucial para planear e conduzir operações urbanas⁵⁴.

2.5. O Conceito para as Operações Urbanas Conjuntas

O comandante quando planeia uma determinada operação, tem que se focalizar na intenção do escalão superior de modo a atingir o sucesso. Não existe uma forma estanque para o planeamento de uma operação urbana, mas normalmente usa-se um esquema de raciocínio de forma a aplicar os princípios da guerra. Esse esquema é composto por: perceber/compreender (*understand*); moldar (*shape*); empenhar (*engage*); consolidar

⁵² ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 7. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁵³ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 7. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁵⁴ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 7-8. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



(*consolidate*); transição (*transition*). Estas cinco fases ocorrem simultânea e sequencialmente funcionando de forma contínua e cíclica. Podemos considerar que a fase de perceber é contínua, mas as restantes fases ocorrem de forma sequencial e interligada. Dependendo da especificidade da operação, estas fases poderão admitir uma importância variada. Poderá haver alguma situação em que a ocorrência das cinco fases não seja necessária e também poderá haver alguma situação em que estas possam ocorrer mais do que uma vez, em diferentes partes da área urbana e em tempos diferentes⁵⁵.

2.5.1. Perceber/compreender (*Understand*).

Esta fase é contínua em todo o planeamento. Os comandantes avaliam o campo de batalha urbano, incluindo a tríplice urbana e o teatro de operações e determinam as implicações para a operação. Por um lado, o comandante de uma força tem que estudar todas as acções hostis que poderão existir, e por outro lado as acções relativas a ajuda humanitária. O crucial para um bom planeamento de uma operação urbana é perceber/conhecer o terreno (*IPB – Intelligence Preparation of the Battlespace*) e efectuar uma correcta análise da missão.

2.5.2. Moldar (*Shape*)

Moldar inclui todas as acções em que um comandante reúne todas as condições para as operações começarem. Os comandantes da força moldam o campo de batalha para melhor cumprir os seus objectivos, exercendo a influência apropriada sobre as forças inimigas, forças amigas, informações, sobre o ambiente e particularmente sobre a tríplice urbana. O método de moldagem pode incluir a perseguição. O mais crítico para o comandante moldar é o garantir do isolamento da área urbana, este isolamento faz com que as forças inimigas dentro da área não sejam reforçadas⁵⁶.

2.5.3. Empenhar (*Engage*)

Para empenhar as suas forças, os comandantes usam toda a sua capacidade e meios para atingir os fins definidos. Empenhar pode significar o uso de todo o potencial de

⁵⁵ ABIZAIID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 8. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁵⁶ ABIZAIID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 9, 10, 11. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



uma força desde as operações de combate até às operações humanitárias. Nas operações de combate, o sucesso do empenhamento das forças requer, por parte dos comandantes, o conhecimento total de todo o espectro de operações, factores críticos e também dos centros de gravidade. Os factores críticos incluem as capacidades e vulnerabilidades das forças inimigas, infra-estruturas estrategicamente localizadas (centrais eléctricas, postos de informação, transportes e serviços básicos). O empenhamento da força em caso de defesa, focaliza-se em negar ao inimigo o acesso a qualquer tipo de infra-estruturas. A chave do sucesso é aplicar a força contra o ponto fraco inimigo, utilizando o factor tempo de forma a destabilizar as forças opositoras. Nas operações de baixa intensidade, o empenhamento das forças será de carácter limitado dependendo da missão⁵⁷.

2.5.4. Consolidar (*Consolidate*)

Em todo o espectro de operações, consolidar não é só proteger aquilo que foi adquirido, mas também desorganizar a força opositora em toda a sua profundidade. Além de ser um processo contínuo, também requer a neutralização de forças opositoras ultrapassadas pelas forças em 1º escalão como também no tratamento de prisioneiros. As operações CIMIC (*CMO – Civil and Military Operations*) e as *PSYOP (Psychological Operations)* também têm um papel preponderante na consolidação, assim como o emprego de meios de uma força de engenharia na reconstrução dos edifícios que foram destruídos durante as operações⁵⁸.

2.5.5. Transição (*Transition*)

Normalmente, quando se chega a esta fase, os objectivos militares estão já alcançados, e a partir daqui a responsabilidade sobre a área urbana, passa para as autoridades civis ou para uma autoridade internacional credenciada. A transição é parte integral de qualquer planeamento e da análise da missão. Uma operação de transição, pode só ser efectuada em parte da área urbana, pois podem ainda existir áreas sob controlo das

⁵⁷ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 12. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.

⁵⁸ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 12, 13. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



forças inimigas e que requerem o empenhamento operacional das nossas forças ou das forças amigas.⁵⁹

Todas estas fases, embora estejam relativamente dissimuladas, são partes integrantes no conceito do *Three Block War*. Uma unidade que esteja preparada e focalizada na consecução destas cinco fases, pode muito bem corresponder às exigências deste conceito.

⁵⁹ ABIZAID, John (2002), *Doctrine for Joint Urban Operations*, Joint Publication 3-06, p. II – 13. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.



3. DISCUSSÃO E PROPOSTAS (RELEVANCIA DO TEMA APLICADO AO EXÉRCITO PORTUGUÊS)

Na medida que a Política de Defesa Nacional contempla a projecção das nossas forças em teatros de operações internacionais seria aconselhável que o Exército Português seguisse de perto esta nova temática, e que tomasse medidas no sentido de estar preparado para os cada vez mais exigentes requisitos das missões militares internacionais com base em força constituídas, e onde o *Three Block War* parece ser a formulação que mais irá pautar o *modus operandi* destas forças.

Antes de fazer qualquer tipo de análise às entrevistas efectuadas, vou relacionar as Unidades de Escalão de Batalhão (U.E.B.) com um Batalhão de Infantaria dos Marines.

Desta forma, a participação de forças do Exército Português na *Operação Joint Forge/SFOR*, é materializada através de uma U.E.B. constituindo-se por um comando e o seu estado-maior, duas companhias de atiradores mecanizadas e uma companhia de Apoio (elemento de apoio de combate «morteiros e engenharia»; elemento de Apoio de Serviços) num total aproximado de 323 Homens⁶⁰.

A participação das forças do Exército Português na *Operação Joint Guardian/KFOR*, tinha um efectivo aproximado de 290 Homens. Era materializada pelo comando e o seu estado-maior; três companhias atiradores mecanizadas (*Alfa, Bravo e Charlie*)⁶¹.

A participação de Forças do Exército na ISAF (*International Security Assistance Force*) tinha um quadro orgânico de Pessoal com um efectivo de 150 Homens é materializada através de uma Quick Reaction Force (Q.R.F.) que incluía o comando e a secção de comando (da responsabilidade da Força Aérea Portuguesa), destacamento de Apoio Serviços uma Companhia de Atiradores Comandos (comando e secção de comando; três grupos de comandos; uma secção de Anti-Carro)⁶². Sendo assim podemos verificar que uma U.E.B. (com excepção da Q.R.F.) tinha aproximadamente 300 homens.

Quanto ao Batalhão de Marines norte-americano, a sua principal missão, é de localizar e destruir o inimigo através do fogo e movimento. A sua organização consiste em uma companhia de comando e serviços (Headquarters and Services – H&S), uma companhia de apoio de combate (weapons company) e três companhias de atiradores⁶³. As companhias de atiradores são as unidades básicas que o batalhão possui para cumprir as suas missões. Todo o apoio de combate do batalhão é coordenado pelo comandante da *weapons company*, que acumula funções de oficial de operações do batalhão. O batalhão aufer de

⁶⁰ Ver Anexo B.

⁶¹ Ver Anexo C.

⁶² Ver Anexo D.

⁶³ Ver Anexo E, Fig: 1.



um grande leque de apoio de fogos com as companhias de atiradores a terem um inventário de todo o tipo de armas (ligeiras ou pesadas), morteiros médios e sistemas de anti-carro. O batalhão possui viaturas de transporte de material electrónico, de armamento, munições e mantimentos. Todo o pessoal pode ser transportado para o local da missão através de helicóptero, barco e viaturas, no entanto, esta U.E.B. assume-se como uma unidade apeada. O emprego deste batalhão de Marines é através do fogo e movimento, visando atacar e destruir todos os objectivos existentes na sua área de responsabilidade se tal for a missão que lhe seja atribuída. Tem a capacidade de actuar de forma independente por vários dias e possui uma grande capacidade de defesa⁶⁴.

O batalhão Marines tem um efectivo aproximado de 950 Homens⁶⁵, o triplo de uma U.E.B. do Exército Português. A partir daqui podemos verificar uma enorme diferença relativamente às capacidades que os diferentes batalhões podem exercer quando sujeitos aos exigentes quesitos a que o *Three Block War* obriga.

Uma Força Nacional Destacada (F.N.D.) tem normalmente duas companhias de atiradores e uma companhia de apoio de combate, sendo que os serviços administrativos são suportados por diversas vias. O batalhão Marines tem três companhias de atiradores (aproximadamente 180 homens cada) e uma companhia de apoio de combate (weapons company) com aproximadamente 150 homens a qual possui um grande poder de apoio de combate⁶⁶, e também uma companhia de comando e serviços (H&S) com aproximadamente 270 homens. São evidentes as diferenças do batalhão norte-americano em relação às F.N.D. relativamente à capacidade de responder às exigências do *Three Block War*, sendo visível que o batalhão norte-americano está mais apto a cumprir tais exigências, não só pelo efectivo que tem como também pelo grande apoio de combate que possui.

Para fundamentar a ideia de que o Exército Português necessita de acompanhar as exigências que o moderno campo de batalha oferece, vou analisar as respostas⁶⁷ dos entrevistados, que recentemente desempenharam funções como comandantes de FND na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão, comparando-as e fazendo um paralelismo com o estado da arte. Para tal elaborei uma série de questões – que em baixo elenco – as quais me permitem aquilar das potencialidades e das vulnerabilidades que as FND de escalão batalhão possam ter caso pretendam palicar operacionalmente o conceito de *three bock war*.

⁶⁴ DEPARTMENT OF THE NAVY (1998), *Organization of Marine Corps*, Washington D. C., Cap:4, p.9 Disponível em: <http://www.marines.mil/news/publications/Documents/MCRP%20512D%20Organization%20of%20Marine%20Corps%20Forces.pdf>, consultado em: 17-08-2008.

⁶⁵ Ver Anexo E, Fig: 1.

⁶⁶ Ver Anexo E, Fig: 5.

⁶⁷ Veja-se a redacção das entrevistas – Anexo A.



As questões formuladas foram as seguintes:

- (1) Durante o Aprontamento para a Bósnia/Kosovo/Afeganistão, teve o cuidado de treinar as suas forças para operações de baixa, média e alta intensidade?
- (2) Quais as dificuldades que mais notou nos seus homens quanto estes treinavam as diferentes situações? Em que nível apresentavam mais dificuldade?
- (3) O treino utilizado era (poderia ser) o suficiente para que a sua unidade correspondesse as exigências do *Three Block War*?
 - (a) Se não estava preparado, o que acha que deveria fazer/ter para estar? (material, Pessoal, etc.)
- (4) Quando em missão, a sua unidade adoptou postura de baixa, média e alta intensidade? (qual delas a mais utilizada?)
- (5) Em alguma situação, a sua unidade era capaz de utilizar os diferentes níveis de intensidade em simultâneo? Se sim, onde? Em que situação?
- (6) Acha importante que o Exército português esteja preparado para esta nova temática, isto é, acha importante que o exército esteja preparado para responder as exigências do *Three Block War*, tendo em conta que os conflitos correntes espelham uma grande complexidade e exigem cada vez mais uma polivalência das forças militares?

Na primeira questão, todos os entrevistados afirmam que durante o aprontamento tiveram o cuidado de treinar operações de baixa, média e alta intensidade figuradas em todo o espectro de operações. No entanto, o Coronel Paulino Serronha (Bósnia) afirma que devido à especificidade da missão não houvesse grande probabilidade de empenhar as forças de forma decisiva, admitindo que não treinou tão vincadamente as operações de alta intensidade: “Não, nem chegou a tanto, porque teríamos que de treinar para situações de combate aberto. Treinamos maioritariamente baixa e média intensidade”.⁶⁸

Na situação no Kosovo, visto que a missão encaixava-se na perspectiva de estar preparado para desenvolver todo o espectro de missões, o Coronel Maia Pereira afirma que “todo o aprontamento foi direccionado para este espectro (...) numa primeira fase foi de componente individual, depois de secção e teve exclusivamente treino de combate de alta intensidade; numa segunda e terceira fases de pelotão em combate de alta intensidade e operações de apoio a paz (como se fazia um *check point*, patrulhamentos, etc)”.⁶⁹

Devido à especificidade das Forças de Reacção Rápida (Q.R.F.), estas estão focalizadas para missões de alta intensidade. Era o caso da Q.R.F que o Tenente-Coronel

⁶⁸ Anexo A, p. 3.

⁶⁹ Anexo A, p. 6.



Pipa de Amorim comandou no Afeganistão. Como confirma “A minha preocupação foi de treinar operações de média e alta intensidade, isto porque, o teatro de operações no Afeganistão é considerado um teatro de operações de alto risco, e visto que a Q.R.F. naquele contexto era uma força de carácter específico – predominantemente uma força de intervenção – e sendo assim não tinha quaisquer preocupações de quadricula como era habitual com as outras F.N.D.”.⁷⁰ O Tenente-Coronel Amorim não teve qualquer tipo de preocupação em treinar operações de baixa intensidade.

Posso assim concluir desta primeira questão, que os três teatros de operações, tinham características muito distintas, e podemos considerar que cada F.N.D. estava mais direccionada para um ou dois tipos de intensidade de combate. Na Bósnia treinavam mais a baixa e média intensidade, no entanto com mais preponderância para operações de baixa intensidade. No Kosovo, preparavam-se também para operações de baixa e média intensidade, mas com mais preponderância para as operações de média intensidade. No caso do Afeganistão, como foi expresso, treinaram explicitamente operações de média e alta intensidade, sem no entanto verificar qual delas a mais treinada.

Relativamente à segunda questão, o Coronel P. Serronha afirma que “há dificuldades em diversas áreas”, isto porque os militares não estão preparados como deviam, na medida que alguns pegam na espingarda automática G3 na recruta e só voltam a ter o contacto com o armamento quando em aprontamento. Desta forma existiu no aprontamento, o “nivelamento” de modo a que todos os militares estivessem preparados para a missão e em sintonia para as tarefas críticas básicas. No entanto, como realça, se a situação se tornava mais delicada e exigia o emprego de material e equipamento onde a situação exigia o emprego de material e equipamento, o pessoal apresentava grandes deficiências nesse aspecto.

Relativamente às dificuldades no aprontamento para o Kosovo, o Coronel M. Pereira constata que é difícil para “um militar que anda à um ano e meio a treinar o convencional, de repente fazer um “click” e passar a ser um militar afável fruto das operações de apoio à paz. Sendo assim houve a necessidade de fasear o treino, no primeiro mês focalizado somente para o combate e adquirir o nivelamento necessário a obter o nível de prontidão desejado das forças a nível da secção, e à posteriori no treino de pelotão foi transmitido aos militares o saber estar nas diferentes situações, e o passar da mensagem que “uma acção individual pode pôr em risco toda uma missão de uma unidade, ou seja, explicámos a importância que tinham as Regras de Empenhamento (ROE)”. O Coronel M. Pereira, explica a importância que o controlo de tumultos teve para ajudar “a perceber o tal “click” e quando se deve ou não reagir. Ajuda o militar a perceber qual o “timing” certo para reagir. No próprio controlo de

⁷⁰ Anexo A, p. 11.



tumultos, nós estávamos preparados para rapidamente passar de manutenção da ordem pública para uma situação de combate”.⁷¹

Quanto às dificuldades sentidas no aprontamento para o Afeganistão, a maior foi a de preparar as tropas para situações de alta intensidade. O Tenente-Coronel P. Amorim tem uma justificação singular para explicar esta dificuldade, tendo em vista que, por efeito de habituação, a realidade do Exército Português são as missões nos Balcãs, essa forma rotineira de agir nos teatros de operações, o Tenente-Coronel utilizou a expressão: “nós Balcanizámo-nos”⁷². As operações militares abrangem um leque muito diferenciado e complexo de operações, desta forma, se cingirmos a realidade e a experiência adquirida nos Balcãs, isto irá de certa forma limitar o Exército Português, tornando difícil o emprego das forças quando deparadas com um teatro de operações como o de Afeganistão.

As principais dificuldades prendem-se como o facto de as forças militares portuguesas só se preocuparem em estar preparadas durante o aprontamento e na missão propriamente dita. Se houvesse uma especialização mais vincada depois da recruta, concentrando os esforços naquilo que é hoje a realidade do moderno campo de batalha, isto é, treinar os militares para poderem fazer face às exigências de todo o espectro de operações e respeitando a todo o tipo de graus de intensidade, muito possivelmente estaríamos mais aptos a corresponder a alguns dos quesitos do *Three Block War*.

Relativamente à terceira questão, o Coronel P. Serronha não tem dúvidas que o treino efectuado em aprontamento não era garantidamente suficiente para corresponder às exigências do *Three Block War* porque a sua força não estava minimamente preparada para responder com eficiência ao contacto efectivo. Afirma que para estar preparado deveria treinar tal contingência, no entanto refere que se fosse uma tropa operacional (comandos neste caso) a necessidade de treino adicional era menor.

No caso do Kosovo, o Coronel M. Pereira partilha da mesma ideia que não estava preparado, no entanto afirma que “o nosso batalhão talvez conseguisse fazer em períodos muito pontuais algo similar – uma companhia a fazer PSO, outra a preparar uma operação de controlo de tumultos e a companhia de apoio a trabalhar em ajuda humanitária – por um ou dois dias, pois acho que um batalhão não seja capaz de fazer mais do que isso, e já é um grande esforço”.⁷³

O ponto central desta questão, é o de empenhar um militar de forma sequencial em diferentes espectros, empregar as forças do batalhão “como um todo na frente a todos os

⁷¹ Anexo A, p. 7.

⁷² É importante referir que esta expressão foi utilizada por um general português numa conversa informal entre militares de altas patentes onde o nosso Tenente-Coronel de Infantaria Pipa de Amorim estava presente, dessa forma, o Tenente – Coronel Amorim quis partilhar essa expressão na entrevista sem quaisquer compromissos.

⁷³ Anexo A, p. 8.



graus de intensidade de forma sequencial, isso era muito difícil, para isso precisávamos de mais um aprontamento”. As forças estavam preparadas para desempenhar “as missões de forma sequencial, mas em simultâneo é quase impossível para um batalhão. Um batalhão quando actua, fá-lo como um todo. Eu consegui efectuar operações em dois graus de intensidade (...)“*Two Block War*” pacífico, agora “*Three Block War*” é muito difícil”.⁷⁴

Para o Tenente-Coronel P. Amorim a sua unidade teria possibilidade de corresponder aos quesitos do *Three Block War*, que “mesmo não tendo a oportunidade para comprovar isso, acho que a minha unidade tinha a capacidade para responder as exigências do *Three Block War*”.⁷⁵ O que importa referir nesta questão, é que muito provavelmente a Q.R.F. talvez pudesse de alguma forma corresponder às exigências do *Three Block War*, apesar de ser uma unidade de escalão de companhia. No entanto, devido à falta de experiência poderia ter algumas dificuldades na sincronização das forças.

No que concerne às forças na Bósnia e no Kosovo, podemos admitir que estas poderiam fazer aquilo que o Coronel M. Pereira chama de “*Two Block War*”, visto que a capacidade do agrupamento não permite que as subunidades estejam em diferentes locais a executar operações independentes entre si e em simultâneo. Se houvesse uma maior especialização das forças, não seria necessário mais um aprontamento mas sim vários exercícios de modo a que as forças limassem algumas arestas tendo em conta as exigências que o conceito norte-americano do *Three Block War* alberga.

Relativamente à quarta questão, o Coronel Serronha admite que estava preparado para qualquer situação, mas salienta que o confronto armado entre as partes era mínimo. Dessa forma admite que fazia “operações de Manutenção de Paz e Humanitárias em simultâneo e de forma integrada”.

No Kosovo, as forças actuavam maioritariamente em “*Low Profile*”, e só em algumas situações de controlo de tumultos foi utilizado o “*High Profile*”. No entanto o Coronel M. Pereira salienta que “Tudo isto passa por uma boa prática... Sempre que se sai, temos que estar preparados para o pior”.⁷⁶

No Afeganistão, devido à especificidade da missão, as F.N.D. prepararam-se para operações de média e alta intensidade, e que por vezes se confundiam na mesma missão, na perspectiva que parte da força estava a isolar uma área para que a outra parte da força pudesse bater essa mesma faixa do terreno, o que poderá ser entendido como operações de combate (operações de alta intensidade). Desta forma, a Q.R.F. estava num plano distinto das F.N.D. nos Balcãs, pois estas estavam essencialmente vocacionadas para missões de baixa e média intensidade.

⁷⁴ Anexo A, p. 8.

⁷⁵ Anexo A, p. 12.

⁷⁶ Anexo A, p. 8.



Relativamente à quinta questão, o Coronel Serronha afirma que “se tivesse que fazer fazia (...) tínhamos grandes possibilidades de empregar decisivamente parte da nossa força, isso não ocorreu, mas se fosse preciso fazíamos isso”, no entanto remata que as situações de manifestações, não são de todo operações de alta intensidade, porque a hipótese de haver contacto efectivo entre as partes ou com um grupo de guerrilheiros era muito remota.⁷⁷

O Coronel, é muito claro na sua resposta e volta a invocar aquilo que disse anteriormente relativamente ao “Two Block War”, mais do que isso não era possível. “Eu cheguei a ter o batalhão no nível 1, que era uma companhia mais o posto de comando, mais a parte proporcional de apoio de serviços a actuar numa acção de patrulhamento, tinha parte da minha companhia de apoio com o módulo de engenharia numa acção CIMIC (*Civil and Military Cooperation*), e numa outra área tinha uma companhia a executar uma prevenção e controlo de tumultos, sendo certo que se ela estava de prevenção, não estava empenhada, porque a partir do momento em que ela actuasse eu tinha que cancelar uma outra acção, porque pela especificidade da missão, se essa companhia chegasse a actuar eu tinha que mudar o posto de comando do batalhão”.⁷⁸

Já o Tenente-Coronel P. Amorim respondeu à quinta questão de forma apreensiva “...eu tenho dificuldade em exprimir a minha opinião sobre situações que não vivi.” Salientou que se fosse para o Afeganistão desempenhar missões de força de quadrícula, garantidamente que poderia ter tido alguma experiência, e a “preparação seria direccionada para responder aos vários espectros que o *Three Block War* contempla, mas a minha força foi única e exclusivamente preparada e vocacionada para actuar numa área de intervenção, daí a minha dificuldade para te responder a esta questão.”⁷⁹

De facto, não houve em qualquer dos teatros, uma situação onde as F.N.D. executassem operações de forma simultânea e que engloba-se todo o espectro de operações. No entanto, julgo que devido à complexidade da missão das Q.R.F. que são forças de reacção rápida e focalizadas para missões de alta intensidade, estas poderiam de alguma forma, caso fossem testadas, responder as exigências do *Three Block War*.

Relativamente à sexta questão, o Coronel não tem dúvidas que o Exército Português deve analisar com atenção esta. “É claro que devemos estar preparados para esta nova temática. O *Three Block War* é uma situação real. Este conceito espelha três circunstâncias diferentes, e que podem ocorrer em simultâneo. À primeira vista não parece ser difícil, o que pode ser complicado é elas sobrepor-se e é para aí que se deve direccionar o treino das

⁷⁷ Anexo A, p. 5.

⁷⁸ Anexo A, p. 8/9.

⁷⁹ Anexo A, p. 12/13.



tropas”.⁸⁰ Refere que para estarmos preparados para responder às exigências do *Three Block War* é fundamental deter “experiência em teatros de operações onde estas três vertentes estejam presentes, como por exemplo o Afeganistão. É nesse teatro que estão presentes as componentes que envolvem o *Three Block War*, e em simultâneo”.⁸¹

O Coronel M. Pereira é peremptório relativamente a esta questão. “Eu acho que não é admissível que o Exército Português participe numa missão de índole internacional em que as forças não tenham a capacidade de intervir nos diferentes espectros (...) temos que estar rapidamente preparados para fazer a transição em segurança de baixa para a média e alta intensidade”.⁸²

Relativamente a esta questão, podemos dizer que a resposta é unânime a todos os entrevistados, na medida em que no actual quadro de conflitualidade, temos verificado uma grande complexidade de operações no campo de batalha. O Tenente-Coronel P. Amorim afirma que “o que realmente tem que ser feito em termos de preparação de tropas é um *upgrade* para poder actuar neste tipo de teatros (...) isto do *Three Block War* requer muito treino, essencialmente uma preparação psicológica e um grande poder de adaptação que abrange várias situações, e por esta razão, não há dúvidas que se encaixa no actual quadro de conflitualidade”.⁸³ O actual quadro de operações militares é essencialmente de conflitos assimétricos, na medida que as forças opositoras muitas das vezes não são militares no sentido clássico da palavra, são forças baseadas em estruturas de guerrilha, e portanto existe uma grande dificuldade em diferenciar quem realmente é hostil. “Não te diria que é mais importante estar preparados para este novo conceito norte-americano do *Three Block War* do que para outros, mas sem dúvida ele é essencial para o nosso Exército. É de salientar que uma má decisão no mais baixo escalão poderá ter repercussões graves para a missão da unidade”.⁸⁴

Não há dúvidas que temos de estar preparados para fazer face aos diferentes graus de intensidade das operações. Um *upgrade* aos militares torna-se necessário caso o Exército Português adopte este conceito. Não podemos mais pensar na rotina e ficarmos habituados à “comodidade” das missões dos Balcãs, sem estarmos preparados para o pior. Dessa forma uma especialização (*upgrade*) mais focalizada para responder às vicissitudes dos conflitos armados assimétricos seria fundamental caso o Exército português queira estar em condições de acompanhar e implementar os mais recentes emolumentos doutrinários militares.

⁸⁰ Anexo A, p. 5.

⁸¹ Anexo A, p. 5.

⁸² Anexo A, p. 9.

⁸³ Anexo A, p. 13.

⁸⁴ Anexo A, p. 13.



Tendo em vista, que a doutrina portuguesa baseia-se por vezes em outras doutrinas (nomeadamente a norte-americana), é importante estarmos a par dos desenvolvimentos conceptuais e operacionais por parte dos outros exércitos, não em todos os campos, mas naqueles que mais nos importa.

No Exército norte-americano, existem vários tipos de infantaria (ligeira, pesada, mecanizada, *rangers*, e outros tipos de forças especiais), na medida em que um soldado pertencente a uma unidade mecanizada, permanecerá nessa unidade até ao fim da sua carreira sem obter experiência noutra tipo de infantaria (salvo casos excepcionais). Não é o que se passa em outros exércitos. O que deve haver é uma experiência multifacetada em todos os campos de modo a que o soldado fique preparado e tenha um conhecimento abrangente a nível tático, e consequentemente fique preparado para qualquer situação respeitante à execução de operações tendo em vista o conceito de *Three Block War*. Por outro lado a Marinha norte-americana através dos Marines que são o nosso referencial

No Exército Britânico⁸⁵, os batalhões podem ser mecanizados, aerotransportados ou ligeiros, dependendo da situação de rotação, isto é, um batalhão assume uma missão e nível de prontidão durante aproximadamente dois anos e depois há a mudança de equipamento e uma espécie de “reciclagem”⁸⁶. O facto de haver uma possível rotação nas missões e no material e equipamento afecto às unidades torna o serviço militar mais aliciante para o soldado de infantaria, adquirindo estes mais e melhor experiência, tornando-os potencialmente mais eficientes no espectro de operações que englobam o *Three Block War*.

O conceito do *Three Block War* contempla uma série de competências e capacidades de toda uma unidade, principalmente para oficiais que exercem o comando de tropas, nomeadamente aos mais baixos escalões. Por vezes estes “jovens” comandantes têm que tomar decisões rápidas com possíveis repercussões a nível estratégico. Por esta razão, estes “jovens” comandantes têm que ter o total conhecimento do ambiente operacional e perceber que uma má decisão pode prejudicar toda uma missão. Por esta razão devemos dar mais ênfase na formação de liderança aos futuros oficiais de infantaria na perspectiva destes poderem ter que enfrentar situações de grande complexidade.

Sendo que um dos objectivos do meu trabalho é o de verificar se o Exército Português está preparado para esta temática e até que escalão é possível fazer face ao conceito norte-americano do *Three Block War*, arrisco-me a dizer que seria possível uma U.E.B. corresponder às exigências do *Three Block War*, mas de forma integrada numa força multinacional devido às limitações do Exército Português ao nível do apoio de fogos e do

⁸⁵ Ver Anexo F.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.angelfire.com/art/enchanter/patch.html>, consultado em: 17-08-2008.



apoio logístico. Não há dúvida que temos que direccionar o treino das tropas para responder a operações respeitante a todo o espectro, no entanto não podemos pensar no Exército Português a actuar isoladamente numa operação de tamanha complexidade.



4. CONCLUSÕES

O moderno campo de batalha tem vindo a evoluir para uma nova configuração impulsionada pela multiplicação e maior difusão das ameaças associadas à dificuldade em destringir aquilo que pode ser guerrilheiro, um terrorista ou um mero civil inocente, e onde o conceito norte-americano do *Three Block War* pode funcionar como um novo elemento doutrinário com vista a procurar solucionar os enormes desafios que se colocam às forças militares neste novo ambiente operacional. Desta forma, é importante estar apto a concretizar todo o espectro de operações, porque uma unidade preparada para promover o conceito de *Three Block War* deve centralizar o seu treino e acção de forma a poder responder a qualquer tipo de operações, seja em ambiente de paz (baixa intensidade), de crise (média/alta intensidade) ou de guerra (alta intensidade).

Este novo conceito vai exigir (e exige) das tropas uma maior descentralização de comando, conferindo maior iniciativa aos comandantes dos mais baixos escalões. As sub-unidades têm de ser capazes de actuar isoladamente da sua unidade, na medida em que o *Three Block War* admite que uma sub-unidade ao ser separada pode-se deparar com operações que abrangem todo o espectro de intensidade. Este conceito impõe que o comandante de uma pequena sub-unidade seja capaz de decidir correctamente, no momento exacto, sem que haja uma directa supervisão do escalão superior. Sendo assim, o comandante de uma pequena unidade deverá ter sólida maturidade, um grande sentido de justiça e uma grande resistência psicológica para comandar os seus homens em operações com elevado grau de atrição. Estes “jovens” comandantes têm que ter o total conhecimento do ambiente operacional e perceber que uma má decisão pode prejudicar toda uma missão.

Sendo assim, o Exército Português deve ter em conta este conceito do *Three Block War* a qual contempla uma série de competências e capacidades a adquirir por parte de uma unidade, principalmente para oficiais que exercem o comando de tropas, nomeadamente aos mais baixos escalões e que por vezes têm que tomar decisões rápidas com possíveis repercussões a nível estratégico. Por esta razão devemos dar mais ênfase na formação de liderança aos futuros oficiais de infantaria na perspectiva destes poderem ter que enfrentar situações de grande complexidade neste espectro operacional.

Não há dúvidas que temos de estar preparados para fazer face aos diferentes graus de intensidade das operações. Um *upgrade* aos militares torna-se necessário caso o Exército Português adopte este conceito. Não podemos mais pensar na rotina e ficarmos habituados à (alguma) “comodidade” das missões dos Balcãs sem estarmos preparados para o pior e aquilo que é mais exigente em termos operacionais.



Dessa forma uma especialização (*upgrade*) mais focalizada para responder às vicissitudes dos conflitos armados assimétricos seria fundamental caso o Exército português queira estar em condições de acompanhar e implementar os mais recentes emolumentos doutrinários militares. Essa especialização pode incluir novos métodos de instrução a fim de transmitir mais realismo ao treino, o Exército Português pode adoptar métodos inovadores tais como executar treinos com simuladores ou armas de munições não letais de modo a economizar os custos e transmitir um maior realismo no treino.

Sendo que o moderno campo de batalha se insere cada vez mais nas áreas urbanas, o treino (na dita especialização) dos militares portugueses, deveria ser concentrado no tipo de dificuldades que este tipo de ambiente oferece, sendo portanto fundamental estar a par dos novos métodos de treino de combate em áreas edificadas. Sem nunca esquecer as R.O.E. quando em contacto com a população civil, que é uma das características mais evidentes em operações nas áreas edificadas na medida que o grande dilema dos comandantes das forças em áreas urbanizadas é o de derrotar as forças hostis evitando ao máximo os danos colaterais.

O treino intensivo em operações nas áreas edificadas torna-se fulcral porque importa uma grande interacção e coordenação entre os homens, isto é, estas unidades quando são formadas devem respeitar o facto dos soldados se conhecerem de operações (ou treinos) anteriores. Desta forma irá aumentar a rotina, a sincronização e a coordenação entre os homens (fundamental no combate em áreas edificadas) e consequentemente diminuir o fratricídio.

Na perspectiva de que o treino das forças nas áreas edificadas deve corresponder às exigências que o *Three Block War* impõe, este deve assemelhar-se ao máximo à realidade, pelo que a de uma pequena cidade com edifícios contemplando o ambiente subterrâneo pode ser relevante. Numa fase mais avançada, o treino com munições reais pode ser uma possibilidade porque o treino deve ser estimulante e desafiante, e não se deve conformar somente com munições não letais, mas ter também uma grande preponderância no tiro de munição real (aplicar sistemas de tiro móvel nos edifícios «armadilhas»). Tal tipo de treino em áreas edificadas é um grande risco, pelo que o treino deverá ser conduzido sobre grandes cuidados de segurança.

Este conceito norte-americano do *Three Block War* está cada vez mais na vanguarda da doutrina militar nos países anglo-saxónicos, porque nem só o Exército norte-americano dá relevância como também alguns países como o Canadá e o Reino Unido. Desta forma é do interesse do Exército manter-se actualizado e aplicar, se assim o entender, os emolumentos conceptuais e doutrinários que vão surgindo através das lições apreendidas



por estes Exércitos, nomeadamente o norte-americano, o canadiano e o inglês, os quais são discutidos e aperfeiçoados em vários seminários anuais.

A projecção de forças militares portuguesas em teatros de operações internacionais é uma realidade cada vez mais constante particularmente para o Exército Português, pelo que seria aconselhável que seguíssemos de perto esta nova temática, e que tomássemos medidas no sentido de estarmos preparados para os cada vez mais exigentes requisitos das missões militares internacionais com base em força constituídas, e onde o *Three Block War* parece ser cada vez mais a solução para fazer face às dificuldades que os conflitos assimétricos nos apresentam.

São evidentes as diferenças do batalhão norte-americano de Marines em relação ao batalhão-tipo das F.N.D. relativamente à capacidade de responder às exigências do *Three Block War*, sendo evidente que o batalhão de *Marines* está mais apto a cumprir tais exigências, não só pelo efectivo que tem como também pelo grande apoio de combate que possui.

Podemos admitir que as F.N.D. poderiam fazer o “*Two Block War*”⁸⁷ visto que a capacidade do agrupamento não permite que as subunidades estejam em diferentes locais a executar mais do que duas operações independentes entre si e em simultâneo. De facto, não houve em qualquer dos teatros, uma situação onde as F.N.D. executassem operações de forma simultânea e que englobasse todo o espectro de operações. No entanto, julgo que devido à complexidade da missão das Q.R.F. no Afeganistão que são forças de reacção rápida e focalizadas para missões de alta intensidade, estas poderiam de alguma forma, caso fossem testadas, responder as exigências do *Three Block War*, mas de forma integrada numa força multinacional devido às limitações do Exército Português ao nível do apoio de fogos e do apoio logístico.

Sendo que um dos objectivos do meu trabalho é o de verificar se o Exército Português está preparado para implementar este conceito e até que escalão é possível fazê-lo, arrisco-me a dizer que seria possível uma U.E.B. corresponder às exigências do *Three Block War*. Desde que não actuasse isoladamente e contasse com apoio logístico e de apoio de fogos da componente multinacional da força, algo que não deixaria de trazer grandes exigências em termos de coordenação das forças. O desafio não é pois nada fácil. Haja vontade e meios de o enfrentar.

⁸⁷ Expressão utilizada pelo Coronel de Infantaria Maia Pereira durante a entrevista.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

- ZEIGLER, Matt (2006), *Three Block War II – Snipers in the Sky*, Lincoln, Universe.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. (2005) Regulamento de Campanha – Operações.
- RODRIGUES, Vítor (2002) *Segurança Colectiva*, Edições Cosmos, Lisboa
- BORGES, João (2004) (5ª Ed.), *Elementos de Estratégia*, Serviços Gráficos da Academia Militar
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2006), *Manual do Processo de Decisão Militar*

Fontes Electrónicas na Internet:

- http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/cnu.pdf; consultado em: 07-08-2008.
- http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm, consultado em: 07-08-2008.
- http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-7/f1007_13.htm#REF61h2, consultado em: 07-08-2008.
- <http://www.ccc.nps.navy.mil/research/theses/kelly00.pdf>, consultado em: 07-08-2008.
- http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/3-06/chap2.htm#2_1, consultado em: 07-08-2008.
- http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/doctrine/jp3_06.pdf, consultado em: 07-08-2008.
- <http://www.mediafire.com/?cj1itmz0xns>, consultado em: 07-08-2008
- http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/doctrine/doctrine12/us/etranger/art2_us.pdf, consultado em: 19-08-2008.
- <http://www.marines.mil/news/publications/Documents/MCRP%20512D%20Organization%20of%20Marine%20Corps%20Forces.pdf>, Consultado em: 17-08-2008.
- <http://www.angelfire.com/art/enchanter/patch.html>, consultado em: 17-08-2008.



- http://www2.army.mod.uk/fusiliers/battalions/1st_battalion/index.htm, consultado em: 18-08-2008.

Revistas:

- AZIMUTE, Mafra (2007), *Operações Militares na Actualidade. Impacto nos Baixos Escalões*, Revista Militar de Infantaria.

Diversos:

- Directivas de Aprontamento fornecidas pelo C.O.F.T.

Publicações para consulta:

- RUDD, David; BAYLEY, Deborah; and PETRUCZYNIK, Ewa K. (2006), *Beyond the Three Block War*, The Canadian Institute of Strategic Studies. Disponível em: [The Canadian Institute of Strategic Studies - Seminar Proceedings.htm](#), consultado em: 20-08-2008.



ANEXO A: ENTREVISTAS COM COMANDANTES DE FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS (F.N.D.)

Tendo em vista o objectivo do meu Trabalho de Investigação Aplicada vou analisar se o Exército Português está ou não preparado para adaptar e inserir operacionalmente esta nova conceptualização, bem como até que escalão de força pode este conceito do *Three Block War* ser aplicado.

Nesta ordem de ideias associada à realidade do Exército Português, fiz três entrevistas a três comandantes de F.N.D. que estiveram presentes nas mais recentes missões multinacionais em que Portugal esteve presente: Bósnia, Kosovo e Afeganistão. Desta forma, irei redigir na íntegra, todas as entrevistas para analisá-las e confrontar as declarações, procurando perscrutar as limitações do Exército Português no emprego deste conceito e verificar o que falta ao Exército Português para fazer face esta nova temática.

As questões formuladas foram as seguintes:

Durante o Aprontamento para a Bósnia, teve o cuidado de treinar as suas forças para operações de baixa, média e alta intensidade?

Quais as dificuldades que mais notou nos seus homens quanto estes treinavam as diferentes situações? Em que nível apresentavam mais dificuldade?

O treino utilizado era (poderia ser) o suficiente para que a sua unidade correspondesse as exigências do *Three Block War*?

Se não estava preparado, o que acha que deveria fazer/ter para estar? (material, Pessoal, etc.)

Quando em missão, a sua unidade adoptou postura de baixa, média e alta intensidade? (qual delas a mais utilizada?)

Em alguma situação, a sua unidade era capaz de utilizar os diferentes níveis de intensidade em **simultâneo**? Se sim, onde? Em que situação?

Acha importante que o Exército português esteja preparado para esta nova temática, isto é, acha importante que o exército esteja preparado para responder as exigências do *Three Block War*, tendo em conta que os conflitos correntes espelham uma grande complexidade e exigem cada vez mais uma polivalência das forças militares?



A1. Entrevista ao Coronel de Infantaria-Comando Paulino Serronha no dia 10ABR08, comandante da F.N.D. na Bósnia em 2000.

Coronel Serronha (C.S.) – Eu já descobri “*essa coisa*” há quase 10 anos (...) quando fui aos Estados Unidos da América numa missão de cooperação e lá então conheci o General Krulak.

Aspirante Fernandes (A.F.) – Conheceu o General Krulak?

C.S. – Foi em 1998, num exercício, e como eu era o oficial de operações de Santa Margarida, onde fazia parte de uma equipa de 10 ou 12 militares, montámos um exercício que era numa base perto da cidade de Virgínia ... e foi aí que ouvi falar do *Three Block War* pela primeira vez.

A.F. – Ouviu falar deste conceito através do General Krulak?

C.S. – Na altura ele era o grande vendedor desse “*peixe*”, e como os *marines* têm um centro de investigação, eles estavam muito direccionados para essa questão a par das operações urbanas (*Urban Warfare*). Esse conceito era um grande tema de conversa nessa altura. Este conceito foi aqui abordado numa entrevista de um camarada teu (Aspirante Seidi), que foi “como pode um militar estar em contacto efectivo e de um momento para o outro passar a distribuir chocolates as crianças que por ventura poderão ser filhos desses “gajos” a que estivemos a combater pelo fogo.”

Resposta à primeira questão.

C.S. – Relativamente a tua primeira pergunta, o programa de treinos para a Bósnia, era..., não posso dizer que estava mais ou menos formatado, porque não estava, mas havia um conjunto de matérias que eram fixas (...) eu fui o comandante do primeiro Batalhão, quer dizer, na prática não fui o primeiro Batalhão em reserva operacional da SFOR (Stabilization Force), o Batalhão que lá estava antes fez a mudança de missão, isto é, na missão até à data nós tínhamos uma área de responsabilidade, e em 2000 mudámos de missão e passamos a ser Reserva Operacional da SFOR. Até à altura tínhamos uma área de responsabilidade e quando passámos para a reserva operacional, tínhamos a responsabilidade de estar mais preparados e actuar em qualquer parte do teatro de operações. Aconteceu que, prevíamos que em determinadas situações, o grau de exigência era superior, embora estávamos numa zona onde a grande maioria da população era sérvia, isto é, era uma zona de “guerra” controlada, havia as patrulhas, *check points*, etc... a partir do momento que eras chamado a intervir por outras forças no terreno em reforço, aí tínhamos que responder à acção de maior exigência e intensidade... sendo assim tivemos que treinar alguns tipos de operações para responder as situações de maior conflitualidade,



nomeadamente, combate em áreas urbanas porque sabíamos que as zonas onde iríamos actuar eram maioritariamente zonas urbanizadas.

A.F. – Então não chegou a treinar situações de alta intensidade?

C.S. – Não, nem chegou a tanto, porque tínhamos que de treinar para situações de combate aberto. Treinamos maioritariamente baixa e média intensidade.

Resposta à segunda questão.

C.S. – Esta é uma pergunta de resposta complicada, porque temos que ter a noção (...), as unidades portuguesas, de um modo geral não estão preparadas para o patamar mínimo deste tipo de missões, portanto há dificuldades, em diversas áreas.

Primeiro: é que tu partes do princípio que todos os militares estavam minimamente preparados para a missão no domínio do equipamento e armamento individual, porque grande maioria pega na espingarda automática G3 na recruta e depois nunca mais tem contacto com a dita arma até chegar a missão, é para isso que há duas a três semanas, a qual se chama, o “nivelamento” de modo a que todos os militares estejam preparados para a missão e em sintonia para as tarefas críticas básicas. Havia militares que estavam treinados e outros não, cheguei a ter um atirador que era cozinheiro (...). O grau de ameaça não previa situações de alta intensidade, logo não treinamos tais situações. No entanto a partir do momento em que os ânimos “aqueciam” em determinadas áreas, é claro que nós tínhamos grandes dificuldades, isto é, quando a situação exigia o emprego de material e equipamento operacional, é claro que tínhamos mais dificuldades, porque o pessoal apresentava grandes deficiências nesse aspecto.

Resposta à terceira questão.

C.S. – Não, se entrássemos em contacto efectivo, é claro que não conseguíamos corresponder às exigências do *Three Block War*. Isso também depende do tipo de adversário e da resistência que ele oferecia. Se calhar na altura estava convencido que tinha alguma capacidade de resposta, porque havia duas subunidades que eram importantes na manobra, e que eu tinha a certeza que estavam preparadas para corresponder à situação com maior intensidade que eram duas Companhias de Atiradores Mecanizadas (CAAtMec), porque estas já estavam rotinadas e conseqüentemente ofereciam alguma garantia de sucesso. Agora é para mim difícil de falar depois de 8 anos volvidos, conhecendo agora a realidade do Afeganistão, se acontecesse alguma situação de aperto na Bósnia, garantidamente que a “coisa” não ia correr bem.

Se não estava preparado, o que deveria fazer? Era treinar. É claro que se eu levasse uma companhia de comandos, que estão no grau dois, estaria mais bem preparado que



com uma companhia de atiradores de Vila Real. Principalmente porque a necessidade de treino adicional era menor, porque o grau de preparação prévio é nitidamente diferente e depois aqui (CTCmd) temos unidades em permanência.

Outra dificuldade que existe, e esta existe em todos os teatros, não só na Bósnia, era que nós operávamos com material exageradamente diversificado (interoperabilidade), armamentos diferentes de unidade para unidade. O que acontecia era que as unidades rendiam-se umas as outras no teatro, mas o material era sempre o mesmo, isto é, o militar estava em aprontamento, depois ia para o teatro e manuseava armamento e equipamento diferentes.

Resposta à quarta questão.

C.S. – Variou de acordo com as tarefas operacionais que foram surgindo. Nós tivemos na Bósnia algumas situações operacionais muito complicadas, mas também tivemos preparados para as situações que não surgiram, isto é, nós estávamos preparados, mas felizmente não houve a necessidade para tal. Não estou aqui a falar de operações de alta intensidade, isso estava fora de questão. A hipótese de confronto armado entre as partes era mínima, o que existia era indivíduos civis armados e uma das situações mais complicadas que nós tivemos foi de fazer segurança aos elementos do Tribunal Penal Internacional, tendo de montar uma base operacional avançada.

É evidente que na parte humanitária nos estávamos proficientes (...) uma das premissas que o *Three Block War* aborda é a questão humanitária (...) ter a capacidade de num dia de manhã estar em combate e na tarde, desse mesmo dia, estar a distribuir mantimentos. No entanto nós tínhamos a capacidade de responder a uma das premissas que o *Three Block war* aborda. Quanto às operações de alta intensidade, isso na Bósnia não se verificou, agora efectuar operações de Manutenção de Paz (patrulhamentos) em simultâneo com as operações Humanitárias, isso poderia correr bem. Nós na Bósnia fazíamos operações de Manutenção de Paz e Humanitárias em simultâneo de forma integrada (...) em algumas vezes, durante as operações Humanitárias, recolhíamos informações importantes da população sobre grupos de resistência.

Havia situações em que o pessoal quase que era obrigado a dormir de colete, devido ao estado de alerta. Nós não adoptávamos uma postura de combate, e isso evitávamos sempre, porque não se adequava com a missão e no teatro. Por exemplo, os americanos andavam sempre prontos para combate, e nós, maioritariamente adoptávamos uma postura mais descontraída no sentido de ter maior aceitação por parte da população, e essa aceitação dava-nos segurança.



Resposta à quinta questão.

C.S. – Se tivesse que fazer fazia (...) nós estávamos preparados para a gestão de manifestações (...) tínhamos grandes possibilidades de empregar decisivamente parte da nossa força, isso não ocorreu, mas se fosse preciso fazíamos isso. Essas situações das manifestações não são de todo acções de alta intensidade, se calhar para aquele teatro (Bósnia) era, não é combate activo de tiros de um lado e de outro. O pessoal estava preparado, agora se houvesse tiros, não posso estar a falar sobre isso, porque não houve.

A.F. – Houve alguma situação específica em que tenha efectuado algumas operações em simultâneo?

C.S. – Teve sempre em relação com a população e não com uma das partes. O que acontecia era que os sentimentos nacionalistas passavam para as populações e estas manifestavam-se contra a NATO, e no seio das manifestações, havia sempre uns “gajos” armados. Essas foram as situações mais complicadas. E em simultâneo estava a decorrer outro tipo de operação? De certo modo estava. O *Three Block War* contempla as operações de manutenção da paz e nós por vezes quando efectuávamos operações de manutenção da paz fazíamos também ajuda humanitária.

Resposta à sexta questão.

C.S. – Eu sobre isto não tenho dúvidas. É claro que devemos estar preparados para esta nova temática. O *Three Block War* é uma situação real. Este conceito espelha três circunstâncias diferentes, e que podem ocorrer em simultâneo, à primeira vista não parece ser difícil, o que pode ser complicado é elas sobreporem-se e aí que se deve direccionar o treino das tropas.

A.F. – O que acha que falta ao Exército Português para fazer face a esta nova temática?

C.S. – Experiência em teatros onde estas três frentes estejam presentes como por exemplo o Afeganistão. É nesse teatro que estão presentes as componentes que envolvem o *Three Block War*, e em simultâneo.

Este conceito é importante porque obriga as unidades a estar permanentemente preparadas para várias realidades diferentes, e actualizas a sua postura consoante as diferentes tipos de operações e aplica-las em simultâneo. Eu acho que a experiência nos Balcãs é um pouco redutora em relação a este conceito porque não se aplicavam operações de alta intensidade.

A.F. – Muito obrigado pela sua colaboração meu Coronel, sem dúvida o seu contributo será importante para a realização do meu Trabalho de Investigação Aplicada.



A2. Entrevista a Coronel de Infantaria Maia Pereira em 11ABR08, comandante da F.N.D. KFOR no 1º semestre de 2007.

Resposta à primeira questão

Coronel Pereira (C.P.) – O aprontamento tinha por objectivo aquilo que era a minha missão que encaixava-se neste princípio, que é o de estar preparado para desenvolver todo o espectro de missões no Kosovo, nomeadamente missões humanitárias, de substituição e de apoio a paz (*check points*, patrulhamentos, etc) passando por ter a capacidade de resposta de controlo de tumultos para estabilizar a situação de segurança, ou seja, o controlo de tumultos estava atribuído em primeiro lugar às Forças das Nações Unidas. Na verdade, num primeiro patamar eram as forças locais, depois as Nações Unidas (Multinational Specialize Unit – MSU) e no patamar seguinte a KFOR *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) (...) e como uma das prioridades era a defesa do que designavam como “propriedades especiais”, nomeadamente mosteiros, embaixadas. Eram nestes locais que estávamos autorizados a utilizar a força para garantir a segurança dessas pessoas. Portanto se havia unidade que estava preparada para esta tipologia completa de missões era a KFOR, porque tínhamos que estar prontos para o que fosse necessário.

Todo o aprontamento foi direccionado para este espectro e como o aprontamento tinha por unidade base a preparação do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado (2BIMec) para combate convencional, depois fizemos um “*switch*” para uma tipologia adaptada para a nova missão. Esta numa primeira fase foi de componente individual, depois de secção e teve exclusivamente treino de combate de alta intensidade, numa segunda e terceira fase de pelotão em combate de alta intensidade e operações de apoio a paz (como se fazia um *check point*, patrulhamentos, etc).

Digamos que o escalão de pelotão era um escalão de charneira, onde ministrámos treino de combate convencional e operações de apoio à paz. Companhia era mais de operações de apoio à paz. No treino do batalhão focalizámo-nos nas operações de apoio à paz, abrangendo tudo, inclusive o combate convencional se bem que não foi totalmente focalizado no combate convencional, porque o batalhão estava preparado, testado, validado e certificado para combate convencional. Portanto já não íamos repetir o que já estava assimilado. Durante o aprontamento tive o cuidado de treinar as tropas para os três tipos de missões, tendo por base uma preparação anterior de combate convencional e com acumulação aquilo que íamos fazer no Kosovo, que era no fundo um espectro que incluía o combate convencional. Qual foi o único elemento extrínseco no meio disto tudo? Foi o controlo de tumultos (...) isso exigiu um treino especial e muito curto em território nacional (devido a limitações logísticas).



A.F. – Então admite que a sua unidade, no aprontamento, a sua unidade estava preparada para os três níveis de intensidade?

C.P. – Afirmativo, fruto da especificidade da missão.

Resposta à segunda questão.

C.P. – O problema foi logo no início, é muito complicado para um militar que anda um ano e meio a treinar o convencional, e de repente fazer um “click” e passar a ser um militar afável fruto das operações de apoio à paz. Essa é de facto uma grande dificuldade, e como conseguimos inverter essa situação? No primeiro mês e meio treinámos focalizados no combate, fazer o nivelamento, depois passar para uma fase de secção mesmo com uma ou duas tarefas de operações de apoio à paz. Depois na fase de pelotão instruímos aos militares a saber estar nas diferentes situações. Esta foi uma das principais preocupações desde o primeiro até ao último dia, através de acção permanente em que se diz à pessoa que uma acção individual pode pôr em risco toda uma missão de uma unidade, ou seja, explicamos a importância que tinha as Regras de Empenamento (ROE). E como ultrapassamos essa dificuldade?

Houve desde início uma coisa muito importante que foi o controlo de tumultos, porque exige uma grande preparação psicológica muito intensa para aguentar a pressão até ao momento certo para reagir de acordo com o mínimo exigido pelas ROE. Isto faz-se através de um treino muito intenso de várias horas, sujeitos às exigências do controlo de tumultos (levar com garrafas de água, pedras, etc.). O controlo de tumultos ajudou a perceber o tal “click” quando se deve ou não reagir. Ajuda o militar aperceber qual o “timing” certo para reagir. No próprio controlo de tumultos, nós estávamos preparados para rapidamente passar de manutenção da ordem pública para uma situação de combate. Numa situação de controlo de tumultos, se há um tiro, há uma formação que está equipada para combate que reage, e só conseguimos estar preparados assim com muito treino, para não deixar passar para o patamar da violência, porque as ROE dizem que “nós não podemos responder com mais do que aquilo que estou a ser alvo”.

Resposta à terceira questão.

C.P. – Não, não era. Embora o nosso batalhão o conseguisse fazer em períodos muito pontuais (uma companhia a fazer PSO, outra a preparar uma operação de controlo de tumultos e a companhia a companhia de apoio a trabalhar em ajuda humanitária), conseguiu fazer isso em um ou dois dias, e acho que um batalhão não seja capaz de fazer mais do que isso, e já é um grande esforço. A questão aqui é, isto é, é muito difícil empenhar um militar, de forma sequencial, nos diferentes espectros. Atribuir diferentes tarefas as subunidades é



completamente aceitável, agora empenhar o batalhão como um todo na frente a todos os graus de intensidade de forma sequencial, isso era muito difícil, para isso precisávamos de mais um aprontamento. No final do aprontamento, nós fizemos um exercício final que exigiu exactamente isto, em cinco dias actuamos nos diferentes tipos de intensidade.

A.F. – Se não estava preparado o que acha que deveria fazer?

C.P. – Estava preparado para desempenhar as missões de forma sequencial, mas em simultâneo é quase impossível para um batalhão. Um batalhão quando actua, fá-lo como um todo. Eu consegui efectuar operações em dois graus de intensidade... eu sempre que fazia uma operação de apoio à paz (*check point*, patrulhamento, etc), cada secção, ao seu nível estava a fazer operações humanitárias. “*Two Block War*” pacífico, agora “*Three Block War*” é muito difícil. Os militares estavam preparados para responder às diferentes intensidades, agora manter a unidade e a coerência do potencial que o batalhão permite, não conseguimos de forma alguma estar em três frentes em simultâneo.

Resposta à quarta questão

C.P. – No Kosovo, fruto da situação, o mais normal era actuar, como era designado com “Low Profile” ou “No Visibility”, Neste momento está exactamente ao contrário⁸⁸. Isto depende muito da situação, a minha unidade adoptou, maioritariamente, uma postura de “Low Profile”, mas quando em controlo de tumultos utilizávamos, em algumas situações, o “High Profile”. Tudo isto passa por uma boa prática, sempre que se sai, temos que estar preparados para o pior.

Resposta à quinta questão.

C.P. – Como já te disse, só em dois tipos de intensidade, mais do que isso não. Por exemplo: depende da natureza da missão, porque a KTM no Kosovo tem que actuar como batalhão, logo aqui limitava-me a acção. Eu cheguei a ter o batalhão no nível 1, que era uma companhia mais o posto de comando mais a parte proporcional de apoio de serviços) a actuar numa acção de patrulhamento, tinha parte da minha companhia de apoio com o modulo de engenharia numa acção CIMIC (Civil and Military Cooperation), e numa outra área tinha uma companhia a executar uma prevenção de controlo de tumultos, sendo certo que se ela estava de prevenção, não estava empenhada, porque a partir do momento que ela actuasse eu tinha que cancelar uma outra acção, porque pela especificidade da missão, se essa companhia chegasse a actuar eu tinha que mudar o posto de comando do batalhão.

⁸⁸ A partir do momento que foi efectuada a declaração unilateral de independência do Kosovo, os ânimos da população da sérvia ficaram ainda mais polarizados obrigando as forças da NATO a adoptarem uma postura de “*High Profile*”.



Uma coisa é ter uma companhia em alerta, outra coisa é ter que controlar duas missões complexas ao mesmo tempo em áreas diferentes.

Resposta à sexta questão

C.P. – Eu diria mesmo mais do que isso. Eu acho que não é admissível a que o Exército Português participe numa missão de índole internacional, em que as forças não tenham a capacidade de intervir nos diferentes espectros. Não há operações puras e duras em que há uma unidade a atacar um morro. Hoje em dia temos que estar preparados para a posição inversa, de não habituarmo-nos a uma posição de comodidade de “Low Profile”. Temos que estar rapidamente preparados para fazer a transição em segurança de baixa para a média e alta intensidade. Nós fomos a primeira força no Kosovo a utilizar, em controlo de tumultos, uma nova metodologia, que treinamos (...), nós em média, cada companhia treinava a operação de controlo e tumultos 20 horas por semana, durante os seis meses de missão. Nós fomos a primeira força, e fomos reconhecidos por isso, que em qualquer operação de controlo de tumultos, por mais banal que ela fosse, tínhamos dois pelotões equipados para o controlo de tumultos e um outro equipado para combate e trabalhávamos sempre em 2/1. Isto permitia que, sempre que se revelasse por parte do adversário ou da força opositora uma acção mais hostil, nós rapidamente recuávamos a força de controlo de tumultos e fazíamos avançar os atiradores e passávamos de baixa intensidade para alta intensidade. Todos os pelotões estavam preparados para efectuar qualquer uma das acções, daí a importância do treino em missão.

Não há dúvidas que temos que estar preparados para fazer face aos diferentes graus de intensidade, agora em simultâneo, depende do escalão. Nós não podemos mais pensar no Exército Português a actuar de forma isolada, isto é, sem ser integrado numa força multinacional, isso hoje em dia não acontece.

A.F. – Muito obrigado pela sua colaboração meu Coronel, sem dúvida que o seu contributo será importante para a realização do meu Trabalho de Investigação Aplicada.

A3. Entrevista a Tenente-Coronel de Infantaria-Comando Pipa de Amorim em 12Abr08, comandante da F.N.D. Quick Reaction Force no Afeagnistão, no 1º semestre de 2007.

Tenente-Coronel Amorim (T.C.A.) – Fernandes, vi os documentos que me enviaste e antes de responder às perguntas da tua entrevista, tens que ter a noção que as NATO



Response Force (NRF) no Afeganistão, Portugal tem uma missão muito específica e penso que ficaste com a ideia na conferência que eu dei na Academia Militar (...) as forças têm tipologias de operações mais ou menos distintas e diferenciadas.

Aquilo que nós durante o tempo que lá estivemos, fizemos em termos do emprego das nossas forças (...), digamos que não foi uma postura de quadrícula, em que tinhas uma determinada área, em que essa área fica da tua responsabilidade, em que a força adopta uma postura de manutenção do estado de segurança nessa faixa de terreno, portanto com o conhecimento que tens, em determinadas prestações de alguns batalhões, quer na Bósnia ou no Kosovo, existe uma determinada área de responsabilidade atribuída à força, em que esta faz um conjunto de operações que abarca um lado do espectro e que podemos nessa tipologia, nessa contextualização, verificar que a força faz num dia uma determinada operação e passados algumas horas, pode ter de vir a fazer uma tarefa completamente distinta.

No caso específico da *Quick Reaction Force* (Q.R.F.) no teatro de operações do Afeganistão, havia uma tipologia de forças muito distintas (...) Os comandos regionais são compostos por diversas tipologias de unidades, e aquilo que fazem é uma adaptação territorial de uma determinada zona (zona de responsabilidade). E nessa zona, pode ocorrer que no mesmo dia ou em dias diferentes, a situação obrigue ao empenhamento das forças em tipos de missões muito diferenciadas.

No caso específico da Q.R.F., que são forças de reacção imediata, e tem um carácter muito específico (...), isto tudo para chegarmos à contextualização, que neste caso, estas forças são muito focalizadas para missões de alta intensidade, não é uma força que esteja permanentemente em acção, é uma força que está “estática” e quando se dá o “sinal de partida”, esta força tem duas horas para estar na zona de conflito, isto tudo para te dar um enquadramento de uma Q.R.F.

Este conceito do *Three Block War* é algo que não se aplica a nós, não quer dizer que não seja transversal a qualquer unidade, mas isto tem uma aplicabilidade muito maior para forças de quadrícula do que para forças de intervenção.

A partir desta introdução, penso que era importante assimilares esta noção que não tem uma aplicabilidade ao tipo de missões que tínhamos mas sim, para uma unidade que tivesse o controlo de uma determinada área, porque as forças de intervenção têm uma missão muito específica. Sendo assim, passando agora para o teu questionário (...)

Resposta à primeira questão

T.C.A. – A minha preocupação foi de treinar operações de média e alta intensidade, isto porque, o teatro de operações no Afeganistão é considerado um teatro de operações de



alto risco. Para teres uma ideia, qualquer tipo operação que fosse efectuar, tinha que levar no mínimo três viaturas para qualquer situação inopinada, até mesmo nas ditas operações normais. Não posso dizer que é uma situação categoricamente situada numa operação de média intensidade, qualquer operação de patrulhamento, visto num contexto mais abrangente é considerada de baixa intensidade, só que naquele contexto, era considerada como operação de média e alta intensidade, por essa razão é que nós não tivemos quaisquer tipos de preocupações em treinar operações de baixa intensidade.

Resposta à segunda questão

T.C.A. – Eu posso te dizer-te que, por mais estranho que possa parecer, a grande dificuldade (principal), foi de treinar os homens para missões de alta intensidade, isto porque, devido ao efeito de habituação, nós ao longo desta última década, a realidade que o Exército Português tem, é a realidade dos Balcãs. É por essa razão que o referencial que tínhamos de um teatro de operações no contexto internacional era efectivamente os Balcãs, como por exemplo, numa conversa informal com alguns generais e outros oficiais durante um seminário, houve uma frase de um Tenente-General (não importa agora quem seja), que utilizou esta expressão: “nós Balcanizámo-nos” (...), posto isto, entramos numa consciencialização e uma postura em que vemos como referencial o teatro de operações nos Balcãs e aplicava-se a tudo o que era missões de índole internacional.

É por isso que tu sabes que as operações militares são muito mais do que aquilo que fazíamos na Bósnia ou no Kosovo (...) para a grande maioria das pessoas, isto começou a entrar num ciclo vicioso, porque numa operação aos mais baixos escalões, como tu sabes, o simples empunhar da arma e de instalar no terreno é completamente diferente nos diversos graus de intensidade, por isso há aqui um conjunto enorme de procedimentos que de repente o Exército adoptou e aplicou-os em tudo (...), e não é bem assim para todos os casos e isso viu-se no terreno (...) daí o termo “Balcanização”. Isto para te dizer que efectivamente, as dificuldades espelham-se na tipologia de operações de alta intensidade e operações de combate, porque no tudo o resto as tropas eram mais do que eficientes.

Resposta à terceira questão

T.C.A. – Penso que sim, porque como sabes actualmente em missões de carácter internacional existe uma coisa que em qualquer missão se deve respeitar que são as ROE. E estas regras trazem instruções orientadoras para múltiplas situações quer para situações de média quer para as situações de alta intensidade, porque isto taxativamente, tu só podes disparar (abrir fogo) na situação “x” ou “y”. Isto acaba por orientar de certa forma o treino aos mais baixos escalões, por exemplo: se me esta a acontecer “isto” posso fazer “isto” e



“aquilo”. O que é importante, que para mim é referencial é saber as ROE. Elas normalizam e permitem adoptar um procedimento de acordo com a situação. Sendo assim com o treino que tivemos antes e durante o aprontamento, mesmo não tendo a oportunidade para comprovar isso, acho que a minha unidade tinha a capacidade para responder as exigências do *Three Block War*.

Resposta à quarta questão

T.C.A. – Nós utilizamos a média e a alta intensidade. Por exemplo: nós tivemos que fazer uma operação de cerco e uma defesa. Parte da força isolou a área para não deixar ninguém entrar ou sair com o remanescente da força a bater uma faixa do terreno, e como é lógico, poderão ter operações de combate, operações de alta intensidade, mas os militares que estão a fazer o cerco, não estão a ter uma intervenção directa na operação, enfim, posso dizer que temos aqui na mesma operação dois graus de intensidade? Acho que não, porque está tudo interligado. A operação é a mesma, mesmo que a força esteja dividida e não há assim diferença de intensidade.

Resposta à quinta questão

T.C.A. - Eu penso que (...), eu tenho a dificuldade em exprimir a minha opinião sobre situações que não vivi. Se tivesse vivido uma situação dessas e pudesse validar a minha opinião, podia dizer que sim, porque a preparação não foi feita.

Digamos, se eu tivesse preparado a minha força para ir para o teatro de operações no Afeganistão desempenhar umas missões de força de quadrícula, eu ia de certeza dar-te uma resposta válida, porque a preparação seria direccionada para responder aos vários espectros que o *Three Block War* contempla, mas a minha força foi única e exclusivamente preparada e vocacionada para actuar numa área de intervenção, daí a minha dificuldade para te responder a esta questão. Eu acho que conseguiria, mas não te consigo validar a questão, porque não houve situação alguma em que isto se tenha verificado.

A.F. – Então não houve nenhuma situação no Afeganistão que tivesse que empenhar nos diferentes aspectos em simultâneo?

T.C.A. – Não. Se fosse uma força de quadrícula, garantidamente que sim, mas com eu era uma Q.R.F. tal não se verificou.

Resposta à sexta questão

T.C.A. – Como é lógico, no actual quadro de conflitualidade aquilo que realmente se está a passar é uma grande complexidade do campo de batalha. Cada vez há mais dificuldade em perceber que, isto é, o inimigo de agora está sob a forma de população



(dissimulado), são teatros de operações onde a presença de população civil é uma constante, e aparece sob várias formas.

Não tenho dúvidas nenhuma sobre o que realmente tem que ser feito em termos de preparação de tropas, um *upgrade* para poder actuar neste tipo de teatros. Sem dúvida, é difícil (...) um soldado pode estar numa situação de elevada tensão em que eventualmente haja mortes, passados alguns momentos haver um retorno à calma que nos permite ter uma postura completamente diferente para uma outra tipologia. Isto do *Three Block War* requer muito treino, essencialmente uma preparação psicológica e um grande poder de adaptação que abrange várias situações, e por esta razão, não há dúvidas que se encaixa no actual quadro de conflitualidade que é quase de certeza o de conflitos assimétricos, em que as forças opositoras na sua grande maioria não são forças de carácter militar no sentido clássico da palavra, são forças baseadas essencialmente em estruturas de guerrilha existindo portanto uma grande dificuldade em saber quem é realmente o combatente e quem é civil.

Não te diria que é mais importante estar preparados para este novo conceito norte-americano do *Three Block War* do que para outros, mas sem dúvida ele é essencial para o nosso Exército. É de salientar que uma má decisão no mais baixo escalão poderá ter repercussões graves para a missão da unidade.

A.F. – Muito obrigado pela sua colaboração meu Tenente-Coronel, sem dúvida que o seu contributo será importante para a realização do meu Trabalho de Investigação Aplicada.



ANEXO B: DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO DAS F.N.D. OPERAÇÃO JOINT FORGE/SFOR

DIRECTIVA N.º 161 / CEME/01

ASSUNTO: APRONTAMENTO DO 2ºBIMEC/BMI PARA OPERAÇÃO JOINT FORGE/SFOR (1º SEMESTRE/02).

Refª: a) OPLAN 10407 "JOINT FORGE" - *Revise 1*, de 14Set99, do SHAPE.

Directiva Operacional N.º 03/01/COFT, de 08Fev01.

Directiva N.º 28/CEME/00 de 07Jun00.

Estrutura de Forças da FND/SFOR, aprovada por Despacho/CEME, de 05Jan01.

Nota N.º 3649/COFT/00, Pº 03.05.03, de 28Dec00, do COFT.

Nota N.º 1339, Proc.º 3.06.04.00, de 22Mai01, do COFT.

Directiva Operacional N.º 01/CEMGFA/00 de 04Jan00.

SITUAÇÃO.

Antecedentes.

Em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, o Exército tem vindo a destacar forças para o TO da Bósnia-Herzegovina (B-H) desde o início do empenhamento da NATO naquele TO, em 1995/6, tanto no âmbito da *Implementation Force* (IFOR) como da *Stabilization Force* (SFOR).

A participação nacional tem vindo a adequar-se às alterações ocorridas naquela operação, tendo-se produzido um primeiro ajustamento estrutural aquando da transição da IFOR para a SFOR, em Dec96/Jan97, mantendo-se então a responsabilidade da Força Nacional Destacada (FND) pelo Sector de Rogatica/Gorazde, no quadro da Brigada Multinacional-Norte.

Neste contexto, tanto durante a vigência da IFOR como na SFOR até ao final do 1º semestre de 1999, o emprego da FND caracterizou-se por um esforço de manutenção de um ambiente seguro, prevalecendo as tarefas relacionadas com o controlo do território e com a segurança das populações.

No 1º semestre de 1999, com a implementação do processo de revisão da operação encetado pelo SHAPE, assistiu-se a uma substancial alteração na estrutura da SFOR, de que se realçam a eliminação de um nível de Comando (Brigadas) e a redução do seu número de forças.

Neste contexto, foi superiormente estabelecida a alteração da missão da FND, passando de uma situação de Força de Quadrícula para a de Reserva Operacional



Terrestre da SFOR, directamente dependente do COMSFOR e pronta a ser empregue em qualquer ponto do TO, tanto por meios aéreos (Unidade de Aviação do Exército dos EUA – Componente Aérea da Reserva Operacional), como recorrendo aos meios terrestre orgânicos.

Esta alteração, bem como o quadro de empenhamento das Unidades do Exército em Operações no exterior do TN, esteve por base no processo de racionalização das Estruturas Operacionais de Forças de Pessoal e Material, encetado pelo COFT durante o segundo semestre de 2000, tendo merecido a aprovação de S.Ex.^a o GEN CEME, conforme doc. em ref.^a d).

A evolução no empenhamento do Exército em operações fora do TN, em particular a retracção do Kosovo e o reforço da participação na PKF/UNTAET, constituíram factos novos que à data da elaboração daquele doc. (ref.^a d)), não eram ainda perceptíveis.

Não obstante o racional que norteou o processo em apreço não se ter alterado, o COFT tem vindo a considerar alguns ajustamentos àquelas Estruturas Operacionais, decorrentes tanto da especificidade das Unidades Aprontadoras de Forças (Brigadas), como de alterações pontuais aos requisitos da missão.

No quadro conceptual, faz-se especial referência à implementação do ciclo operacional de 18 meses para preparação das Unidades de Escalão Batalhão (UEB) das GU do Exército (BMI, BAI, BLI), perspectivando uma distribuição mais equilibrada do esforço de aprontamento e empenhamento de forças em operações no exterior do TN.

Este ciclo operacional de preparação de forças, que entrou em vigor em 2001, tem uma duração de 18 meses, pressupondo que durante este período cada uma das UEB se encontre numa das seguintes situações:

Reserva – que corresponde a um período de “regeneração” da força, permitindo encetar um programa de Treino Operacional em operações de combate convencional, mantendo-se disponível para um eventual emprego em cenários emergentes.

Aprontamento – que corresponde à fase de preparação e treino da Unidade, para actuação num dos TO em que irá ser empenhada (B-H ou Timor).

Empenhamento – que corresponde à sua actuação com Força Nacional Destacada (FND) no TO para que foi designada.

Com o ciclo operacional de 18 meses (Reserva – Aprontamento – FND, sucessivamente), perspectiva-se para aquelas UEB um maior equilíbrio de esforços, um incremento do seu nível operacional e uma situação de maior estabilidade para o pessoal.



Situação Geral.

O comprometimento do Estado Português na contribuição para a estabilização da paz na B-H, colaborando na criação de condições para um progressivo incremento da responsabilidade das Partes nas acções de consolidação da paz e para uma crescente participação das componentes civis no estabelecimento de um ambiente de segurança naquela região dos Balcãs, mantém-se como desígnio que norteia o empenhamento do Exército naquele TO.

Neste contexto, permanecem actuais os pressupostos expressos quanto ao imperativo de manter uma força credível e capaz de participar eficazmente no cumprimento dos desideratos a que o Comando da SFOR se propõe, nomeadamente:

Criar condições para o regresso dos refugiados;

Apoiar as medidas de controlo e vigilância das fronteiras;

Apoiar as medidas de combate ao crime organizado;

Apoiar as actividades encetadas no âmbito dos assuntos civis;

Apoiar as acções decorrentes dos processos relacionados com os indiciados em crimes de guerra, tendo em consideração as restrições nacionais superiormente estabelecidas nesta matéria, isto é, a exigência da prévia aprovação de S.Ex.^a o GEN CEMGFA para qualquer eventual participação na captura deste pessoal.

O ambiente multinacional onde se inserem as Forças Destacadas acarreta, ainda, requisitos particulares que não podem deixar de ser considerados num quadro de aprontamento e preparação das Forças, a saber:

Necessidade de conduzir simultaneamente tarefas de ajuda humanitária, acções de presença e segurança das populações, demonstrações de força e acções de imposição da paz.

Necessidade da FND manter a capacidade de destacar forças, com adequada sustentação logística, comando e controlo autónomo e capazes de integrar componentes de outras nações.

As características deste tipo de operações e, em particular, a situação de confrontação civil que se tem mantido constante neste TO, sustentam a necessidade destas forças, em particular da Reserva Operacional, disporem de capacidade para garantirem o cumprimento das suas missões em situações de alteração à ordem pública, tumultos, ou outras situações de hostilidade por parte da população local.

O Comando da SFOR tem vindo a dar ênfase à necessidade das forças disporem de capacidade para actuação nestas condições, sendo o seu emprego entendido numa perspectiva de autodefesa, na persecução do cumprimento da missão.



Prioritariamente, este deverá processar-se no contexto do isolamento de uma área de crise, em apoio à actuação da MSU, ou num contexto de emergência, quando o controlo da situação esteja para além das capacidades das forças de segurança. As Forças Militares, deverão ainda, quando necessário, ser capazes de actuar pontualmente para preservar a vida e o património ameaçados.

Consequentemente, o Exército encetou um processo de aquisição de material específico para esta missão, dando provimento às diligências que os diferentes Comandos envolvidos na *Operação Joint Forge/SFOR* efectuaram junto dos representantes nacionais, no sentido de dotar a FND/SFOR com esta capacidade.

Situação Particular.

A especificidade da missão da FND, como Componente Terrestre da Reserva Operacional da SFOR, apresenta como imperativo que esta disponha de algumas valências essenciais para o cumprimento da missão, entre outras:

Uma adequada mobilidade em meios orgânicos, que lhe permita complementar a que lhe é conferida ao nível operacional pelos meios da Componente Aérea da Reserva Operacional da SFOR (Unidade de Aviação do Exército dos EUA). Em particular, a FND deve dispor de uma organização compatível para operar com aqueles meios;

Manter capacidade para destacar forças com capacidades adequadas para intervenção efectiva em situações de contingência, dispondo de adequada protecção e poder de fogo, bem como do treino e meios adequados que lhe permitam um grau de dissuasão credível;

Capacidade para actuação em situações de quebra da ordem pública, dispondo de equipamento e treino que lhe confira adequada protecção e capacidade de actuação em acções de controlo de tumultos, no quadro das suas missões;

Auto-suficiência logística.

A participação de forças do Exército na *Operação Joint Forge/SFOR*, é materializada através de:

Uma Unidade de Escalão Batalhão com a seguinte composição tipo:

Cmd e E-M;

Duas Companhias de Atiradores;

Companhia de Apoio (CAp).

A sua organização obedece aos seguintes pressupostos:

Estrutura Operacional de Pessoal com um efectivo de 323 militares;

Capacidade de planeamento e controlo de operações de escalão Batalhão;



Capacidade de reacção rápida, através dos meios terrestres orgânicos, ou dos helicópteros da Componente Aérea da Reserva Operacional da SFOR;

Capacidade de conduzir operações de intervenção;

Capacidade para destacar forças por tempo limitado, para o cumprimento de tarefas específicas;

Capacidade de actuação em situações de quebra da ordem pública, tendo sido dotada de material orgânico específico para este tipo de tarefas, em quantidade suficiente para equipar uma Unidade de Escalão Comp;

Auto-suficiência em termos logísticos, de comunicações e segurança, ao nível do TO.

Neste quadro, no sentido de potenciar o desempenho do contingente nacional destacado no Teatro de Operações (TO) da B-H e flexibilizar o seu emprego como Reserva Operacional do COMSFOR, há necessidade de prever, desde já, a organização e o aprontamento de uma força destinada àquele TO – 2ºBIMEC/BMI – destinada a garantir a continuidade daquela operação e render o 1ºBIPARA/BAI na SFOR, em JAN02.

A experiência do Exército em Operações de Apoio à Paz e, em particular, o conhecimento acumulado pelas Brigadas sobre o TO em apreço, são aspectos que devem ser tomados em consideração no aprontamento da FND.

Por regra, tem-se vindo a constatar que uma razoável percentagem dos Quadros e Tropas empenhados neste tipo de operações tem já experiência em uma ou mais missões deste tipo, facto que deve ser considerado tanto na orientação do processo de Treino Operacional, como na organização da Força.

MISSÃO.

O Exército organiza e apronta uma Unidade de escalão Batalhão para, a partir de Jan02, integrar as forças da OTAN na Operação de estabilização da paz na BÓSNIA-HERZEGOVINA (*Operação JOINT FORGE/SFOR*) como Reserva Operacional do COMSFOR, garantindo a coordenação do seu transporte de e para o TO, bem como a sua sustentação no decurso da operação.

EXECUÇÃO.

CONCEITO.

Cometer à Brigada Mecanizada Independente o aprontamento da FND/SFOR para o 1º Semestre de 2002. Este Comando coordena o planeamento, conduta e supervisão do aprontamento da Força, incluindo a sua preparação e Treino Operacional.

Na organização da FND/SFOR, considerar a seguinte composição tipo:

Comando e EM;



Componente de manobra, constituída por duas Companhias de Atiradores, e;
Companhia de Apoio (CAp), articulada em:
Elemento de Apoio de Combate (MortM e Eng), e;
Elemento de Apoio de Serviços.

Orientar o Treino Operacional, tendo como principais factores influenciadores as características da operação, a missão da Reserva Operacional da SFOR, a natureza da área de operações e das forças em presença, o tipo de ameaças mais prováveis à acção da FND/SFOR, bem como o tempo disponível para o aprontamento.

Culminar o programa de Treino Operacional da Força com um exercício do tipo LIVEX, da responsabilidade da BMI.

Preparar a rendição das forças em conformidade com o Plano de Rendição da FND (a difundir), mantendo a integridade e capacidade operacional da FND/SFOR. Efectuar a rendição da FND/SFOR de forma a garantir:

A sobreposição de quadros e pessoal das especialidades críticas e a máxima sobreposição das tropas, para permitir uma conveniente adaptação ao ambiente operacional e um adequado conhecimento das tarefas inerentes à missão.

Preferencialmente, fazer corresponder subunidades de escalão Pelotão a cada escalão de movimento, de forma a garantir que no momento da TOA as Companhias já tenham pessoal familiarizado com a missão.

Acompanhar o desenvolvimento da operação mantendo actualizada a avaliação da situação político-militar, bem como o desenvolvimento do conceito da OTAN sobre a presença e o emprego de forças no TO na B-H.

Garantir a capacidade de reforço (eventual) da FND, de acordo com a evolução da situação na B-H.

Acompanhar a execução dos aspectos de natureza administrativo-logística do aprontamento da Força, mediante informação periódica do Comando da Logística.

Assegurar a sustentação da FND no TO, quer através da continuidade dos protocolos estabelecidos do antecedente, quer complementando este apoio com o do Sistema Logístico Nacional, nos moldes a definir.

Exercer uma política de informação pública activa, em colaboração com o EMGFA, através do SIPRP do Gabinete do CEME.

À ordem, transferir o Comando Operacional da Força para o CEMGFA, tendo como referência a data da TOA (29Jan02 – TBC).



ANEXO C: DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO DAS F.N.D. NA OPERAÇÃO JOINT GUARDIAN/KFOR

DIRECTIVA N.º 007/CMD OP/06

ASSUNTO: APRONTAMENTO DA UEB/TACRES/KFOR PARA A OPERAÇÃO DA NATO NO KOSOVO (1º SEMESTRE/07)

Refª: a) *SACEUR OPLAN 10501 JOINT ENTERPRISE SACEUR Operation Plan for the Entire Balkans Joint Operation Area (JOA), dated 05 April 05;*

JFC Campaign Plan 40501 DISCREET ENTERPRISE dated 12 May 05;

Op ALTHEA, Operation Commander OPLAN for the EU Operations in BIH, dated 28 Sep 04;

OPLAN 32416 Decisive Endeavour COMKFOR Operation Plan de 22Nov02;

FRAGO 3393 de Mai06;

SOP 3025 COMKFOR's Tactical Reserve Forces de 09Fev05;

FRAGO 3313 de 12Mar06;

KFOR TF Implementation CJSOR Version 1, 01Ago05;

Directiva Operacional N° 2/CEMGFA/05, de Jan05;

Directiva Operacional N° 04/CEME/00, de 15Jun00;

Info 89/Rep Planos, Proc° 5.02.01 / 17 – 06, de 13Jan06, do COFT;

Directiva N° 91/CEME/02, de 17Jun02;

Despacho N° 11/CEME/00, de 20Jan00;

Despacho N° 29/CEME/02, de 07Fev02;

Directiva N° 28/CEME/00, de 07Jun00;

Directiva N° 205/CEME/05, de 02Fev05;

Plano Administrativo–Logístico EDREV;

Directiva N° 258/CEME/06.

SITUAÇÃO

Ver Documento em referência r).

MISSÃO

O Comando Operacional organiza e apronta uma UEB para, a partir de MAR07, render o 1º BIPara/TACRES/KFOR na Operação militar da NATO no KOSOVO, como Reserva Tática da KFOR, garantindo a coordenação do seu transporte de e para o TO, bem como a sua sustentação no decurso da operação.



EXECUÇÃO

Conceito

Cometer à Brigada Mecanizada (BrigMec) a organização e o aprontamento da UEB/TACRES/KFOR a ser empregue no 1º Semestre de 2007 (TOA a 22MAR07-TBC), de acordo com a Estrutura Operacional de Pessoal (EOP/UEB/TACRES/KFOR) (Anexo A), a Estrutura Operacional de Material (EOM/UEB/TACRES/KFOR) (Anexo B) e a Dotação Operacional de Munições (DOMun/UEB/TACRES/KFOR) (Anexo C). Esta GU coordena o planeamento e execução do aprontamento da UEB/TACRES/KFOR.

A EOP/UEB/TACRES/KFOR é organizada com um efectivo de 290H, articulado em:

Comando e EM (34H);

ALFA COY (80H);

BRAVO COY (92H);

CHARLIE COY (84H).

Culminar o programa de Treino da Força com um exercício do tipo LIVEX, de 29JAN07 a 02FEV07, da responsabilidade da BrigMec.

Supervisar a implementação da EOP/UEB/TACRES/KFOR em coordenação com o Comando do Pessoal.

Supervisar a implementação da EOM/UEB/TACRES/KFOR em coordenação com o Comando da Logística.

Supervisar a implementação da DOMun/UEB/TACRES/KFOR em coordenação com o Comando da Logística.

Elaborar o Plano Geral de Sustentação Administrativo – Logístico.

Controlar a situação Administrativo-Logística e Financeira da FND.

Enviar ao Comando de Pessoal a proposta de nomeação do Comandante da UEB/TACRES/KFOR.

Apresentar ao Comando do Pessoal, as necessidades de pessoal para recompletamento da UEB/TACRES/KFOR (**NLT 03NOV06**).

Aprovar o programa de Treino a realizar pela UEB/TACRES/KFOR, a ser submetido pela BrigMec (**NLT 03NOV06**) e supervisionar a sua execução.

Assegura a participação de três oficiais da UEB/TACRESKFOR no *Key Leader Training* a realizar no QG da KFOR, de 05 a 13DEC06, integrando esta acção no Reconhecimento ao TO (com a participação do S4) de 04 a 16DEC06.

Ministrar um *briefing* ao pessoal destinado à UEB/TACRES/KFOR, sobre a operação, situação no TO e características da área de operações.

Ceder à BrigMec os meios do Lote de Instrução para apoio ao aprontamento. Em caso de necessidade solicitar reforço ao Cmd Log ou a outros Comandos Funcionais.



Empenhar os meios orgânicos e da BrigMec na preparação e treino da FND.

Solicitar ao Cmd Log, as necessidades em material e/ou equipamentos para a UEB/TACRES/KFOR, que não existam no TO.

Em coordenação com o Cmd Log, aprova as reparações das avarias ou propõe a substituição do artigo em causa, decide sobre as propostas de evacuação de material e, se for caso disso, promove o accionamento da evacuação.

Definir, em coordenação com o Comando da Logística, a modalidade e periodicidade do apoio de sustentação Administrativo-Logístico, a partir do Território Nacional.

Elaborar o Plano de Rendição da UEB/TACRES/KFOR.

Informar o Comando do Exército da prontidão da Força no TO do KOSOVO, para efeitos de TOA para o CEMGFA.

Garantir o permanente acompanhamento das actividades da UEB/TACRES/KFOR, mantendo o Comando do Exército informado.

Elaborar o relatório semanal de apoio logístico de acordo com a referência j).

Acompanhar a situação das Operações em curso no TO no KOSOVO, e apresentar os aspectos referentes à sua evolução, sempre que solicitado, num briefing a S. Exa. o GEN CEME, no EME.

Acompanhar o processo de revisão da operação, periodicamente encetado ao nível do ACO.

Executar quando necessário, reconhecimentos ao TO, com a finalidade de monitorizar a aplicação do planeamento e identificar possíveis lacunas, permitindo deste modo efectuar ajustamentos ao mesmo e recolher lições apreendidas.

Satisfaz as necessidades que lhe forem apresentadas pela BrigMec, aquando do deslocamento da Força para o TO e de acordo com o Plano de Rendição.

Ver Documento em referência r).



ANEXO D: DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO DAS F.N.D QRF DO RCKABUL DA ISAF (1º SEMESTRE/07).

DIRECTIVA N° 242/CEME/06

ASSUNTO: APRONTAMENTO DE UMA UEC DE ATIRADORES PARA QRF DO RCKABUL DA ISAF (1º SEMESTRE/07).

Ref: a) Msg de 131231ZJAN05 da DIOPGEN;
SACEUR Revised OPLAN 10302 for the ISAF, 17FEV06;
Directiva N° 28/CEME/00, de 07JUN00;
Directiva N° 91/CEME/02, de 17JUN02;
Despacho N° 29/CEME/02, de 07FEV02;
Directiva Operacional N° 10/CEMGFA/05, ALT 3 de JUL06;
Directiva N° 203/CEME/05, 09SET05;
ISAF CJSOR, Revised OPLAN 10302, 17FEV06;
Plano Administrativo - Logístico *Papoula*;
Directiva Comum QMG – COp (Fluxos logísticos de apoio às FND), 24AGO06.

SITUAÇÃO

Antecedentes

Em 05DEC01, na Cimeira de Bona, a maioria dos partidos Afegãos acordou na formação de um governo de consenso para o Afeganistão (AFG).

O cerne desse acordo consistia no estabelecimento de uma Força Internacional de Segurança que garantisse um ambiente político neutral de modo a permitir que, em condições livres e justas, a *Emergency Loya Jirga* seleccionasse os membros para a Autoridade de Transição Afegã (ATA).

A *International Security Assistance Force* (ISAF) foi projectada, em DEC01, para a área de KABUL, a fim de prestar assistência, numa primeira fase à Autoridade Interina Afegã (IA) e posteriormente à sua sucessora, a ATA, na manutenção da segurança em KABUL e suas imediações. Foi ainda imputada à ISAF a missão de garantir condições estáveis para que a missão da ONU no Afeganistão (UNAMA), pudesse actuar em segurança. A ISAF foi igualmente incumbida de, em conjunto com as Nações que compõem o G8 – *Security Sector Reform* (SSR), prestar assistência às Autoridades Afegãs no treino das Forças Armadas e de Segurança do Afeganistão.



No Afeganistão continuam a coexistir duas Forças multinacionais, a ISAF liderada pela NATO e as Forças da Coligação do *Combined Forces Command – AFG* (CFC-A) lideradas pelos EUA.

As CFC-A encontram-se a executar a Operação “ENDURING FREEDOM” (OEF), através de operações de estabilização (*Stability Operations*) que incluem acções de combate, na Área de Operações (AOO) da ISAF.

Situação Geral

A NATO, ao assumir a liderança, em 11AGO03, da ISAF, passou a ter como principal tarefa apoiar a ATA e o actual Governo do AFG, na manutenção da segurança em KABUL e suas imediações.

A expansão da AOO da ISAF, definida no OPLAN do JFC, será efectuada em 4 fases:

1ª Fase (*Stage 1*), inclusão da AOO Norte, já efectuada;

2ª Fase (*Stage 2*), inclusão da AOO Oeste, já efectuada;

3ª Fase (*Stage 3*), expansão para Sul, já efectuada;

4ª Fase (*Stage 4*), expansão a todo o TO do AFG, a decorrer.

Desde AGO06 a organização da ISAF é genericamente:

O *REGIONAL COMMAND KABUL* (RC KABUL) ficará com responsabilidade da AOO KABUL;

O *AREA NORTH REGIONAL COMMAND* (RC-N) com a responsabilidade da AOO North (*stage 1*);

O *AREA WEST REGIONAL COMMAND* (RC-W) com a responsabilidade da AOO West (*stage 2*);

O *AREA SOUTH REGIONAL COMMAND* (RC-S) com a responsabilidade da AOO South (*stage 3*);

O *AREA EAST REGIONAL COMMAND* (RC-E) com a responsabilidade da AOO East (*stage 4*).

Desde MAI06 a “Lead Nation” (LN) para a ISAF é o Reino Unido (GBR), sendo a ISAF IX responsabilidade do *Allied Rapid Reaction Corps* (ARRC). Em 04FEB07 (TBC) terá lugar a TOA para a ISAF X cuja LN será os Estados Unidos da América.

Em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, o Exército participará na ISAF X com uma UEC de Atiradores (série 3.5.7.1 do *ISAF CJSOR*) com a missão de *QUICK REACTION FORCE COMPANY* (*Kabul Region*).

Desde AGO06 passaram a existir 5 UEC como QRF, uma no RC *Kabul* em Cabul, outra do RC-N em *Mazar-e-Sharif*, outra no RC-W em *Herat*, outra do RC-S no aeroporto de *Kandahar* e outra ainda no RC-E no aeroporto de *Bagram*.



A QRF deve possuir as seguintes capacidades:

Efectuar operações e tarefas adicionais incluindo o apoio a eventos e actividades do SSR, designadamente:

Patrulhas;

Apoiar os eventos principais do governo;

Vigilância e reconhecimento das áreas urbanas e rurais da região de Cabul.

Controlo de tumultos (*Crowd & Riot Control*);

C2 descentralizado;

Mobilidade terrestre;

Equipada com sistema anti-carro e morteiros, *Long Range Optics*, *TACP para CAS de aeronaves de asa fixa e de asa móvel*;

SATCOM orgânico até ao nível pelotão;

Treino aeromóvel;

Capacidade EOD/IEDD (reforço do Cmd superior);

Protecção contra engenho explosivo improvisado accionado por controlo remoto (RCIED);

ROLE 1;

Auto sustentável por 72 horas;

Durante os meses de inverno, deve ser capaz de:

Operar em terreno montanhoso, em condições atmosféricas adversas;

Incluir peritos METEO (neve e avalanche);

Serviço médico adaptado a essas condições;

Veículos para a neve com capacidade de transporte de um pelotão.

Em caso de necessidade, ser reatribuída ao COMISAF (1 Pel 60 min NTM; UEC(-) de 90 a 120 min NTM).

Situação Particular

O ambiente multinacional onde se inserem as Forças Nacionais Destacadas (FND) acarreta alguns requisitos particulares que não podem deixar de ser considerados num quadro de aprontamento e preparação das Forças, nomeadamente a capacidade para conduzir simultaneamente tarefas de Ajuda Humanitária, Acções de Presença e Segurança das populações, Demonstrações de Força e Acções de Imposição da Paz.

As características deste tipo de operações e, em particular, a situação de confrontação civil que se tem mantido constante neste TO, sustentam a necessidade destas forças manterem capacidade para garantir o cumprimento das suas missões em situações de



alteração à ordem pública, tumultos, ou outras situações de hostilidade por parte da população local.

De acordo com o exposto e com base no documento em referência d), o Treino da FND que será projectada para este TO, deverá continuar a focar estas áreas.

A participação de Forças Portuguesas na ISAF, é materializada através de:

QG/ISAF – 2 militares;

QG/RC Kabul – 2 militares;

TACP (responsabilidade da FAP) – 7 militares;

QRF/FND/ISAF – Uma UEC de Atiradores que integrará o *RC Kabul* com a seguinte composição:

Cmd e Secção de Cmd;

Destacamento de Apoio de Serviços;

Companhia de Atiradores (Cmds):

Cmd e Sec Cmd;

Três Grupos de Cmds;

Secção ACar.

A QRF/FND/ISAF terá que contemplar as seguintes valências:

Estrutura Operacional de Pessoal (EOP) com um efectivo não superior a 150 militares do Exército;

Capacidade de conduzir operações em todo o espectro das operações militares;

Capacidade de planeamento e controlo de operações de escalão Companhia;

Mobilidade terrestre orgânica;

Capacidade para conduzir operações de reserva através dos meios terrestres orgânicos ou aéreos da componente aérea da ISAF (C 130) dentro e fora da AOR do *RC Kabul* (dependente dos CAVEATS da QRF/FND/ISAF);

Capacidade para reforçar os PRT;

Capacidade para executar Operações de Evacuação de Não Combatentes (NEO);

Conduzir patrulhamentos montados ou apeados;

Efectuar múltiplas tarefas como sejam missões de vigilância, reconhecimento, escoltas, efectuar *checkpoints* e demonstrações de força;

Conduzir Operações de *Crowd and Riot Control* e ter capacidade de protecção em situações de alteração da ordem pública, dotada de material orgânico específico para este tipo de tarefas, em quantidade suficiente para equipar a UEC;

Equipada com sistema anti-carro e morteiros, *Long Range Optics*, TACP para CAS de aeronaves de asa fixa e de asa móvel;

Possuir SATCOM orgânico até ao nível pelotão;



Protecção contra engenho explosivo improvisado accionado por controlo remoto (RCIED);

ROLE 1;

Fornecer apoio Administrativo-Logístico à Força, bem como aos restantes elementos destacados no TO;

Capacidade para destacar forças por tempo limitado, para o cumprimento de tarefas específicas;

Auto-suficiência de comunicações e segurança, ao nível do TO;

Auto sustentável por 72h, ao nível do TO;

Apoiar as IO e NGO dentro dos seus meios e capacidades;

Durante os meses de inverno, deve ser capaz de:

operar em terreno montanhoso, em condições atmosféricas adversas;

incluir peritos METEO (neve e avalanche);

serviço médico adaptado a essas condições;

veículos para a neve com capacidade de transporte de um pelotão.

No que se refere ao ponto 1.c.(5)(k) a valência de TACP é garantida pela Equipa de Controladores Aéreos Avançados (TACP).

No que se refere ao ponto 1.c.(5)(t) a QRF/FND/ISAF tem essa limitação (*caveat*).

Neste quadro, no sentido de potenciar o desempenho do contingente nacional destacado no TO do AFEGANISTÃO, há necessidade de prever, desde já, a organização e o aprontamento de uma Força a ser projectada para o TO, em FEV07 (TBC) e dos restantes elementos da QRF/FND/ISAF destinados a marcharem para o TO em FEV07 (TBC).

MISSÃO

O Exército organiza e apronta uma FND para, a partir de FEV07, render a 11ª CPara/QRF/FND/ISAF, na Operação militar da NATO no AFEGANISTÃO (AFG), como QRF do RC KABUL, garantindo a coordenação do seu transporte de e para o TO, bem como a sua sustentação no decurso da operação. Planeia, coordena e executa o treino conjunto da QRF e TACP.

EXECUÇÃO

Conceito

Cometer à Brigada Reacção Rápida (BrigRR), a organização e o aprontamento da QRF/FND/ISAF, a ser empregue no 1º Semestre de 2007, de acordo com a Estrutura Operacional de Pessoal (EOP/FND/ISAF) (Anexo A), a Estrutura Operacional de Material



(EOM/FND/ISAF) (Anexo B) e a Dotação Operacional de Munições (DOMun/FND/ISAF) (Anexo C). Esta GU coordena o planeamento e execução do aprontamento da FND.

A EOP/FND/ISAF é organizada de acordo com os seguintes pressupostos:

Efectivo de 150H, articulado em:

Comando e Sec Cmd (10H);

Destacamento de Apoio de Serviços (25H);

Companhia de Atiradores (Cmds) (115H):

Cmd e Sec Cmd;

Três Grupos de Cmds;

Sec ACar.

Garantir adequada flexibilidade para o cumprimento dos requisitos operacionais da missão, acautelando as capacidades necessárias para cumprir outro tipo de missões, no quadro das responsabilidades cometidas à QRF/FND/ISAF;

Garantir a capacidade de apoio, em termos Administrativo-Logístico, à QRF/FND/ISAF, de acordo com o prescrito nos respectivos acordos bilaterais (MOU e TA);

Garantir auto-suficiência em termos logísticos, de comunicações e segurança.

Orientar o Treino, tendo como principais factores influenciadores as características da operação, a missão a cumprir, a natureza da AOR e a das forças em presença, o tipo de ameaças mais prováveis à acção da QRF/FND/ISAF, bem como o tempo disponível para o aprontamento.

Integrar o TACP no Treino e exercícios previstos.

Culminar o programa de Treino da Força com um exercício do tipo LIVEX, de 08 a 12JAN07, da responsabilidade da BrigRR.

Garantir a permanência dos militares da QRF/FND/ISAF no TO por um período de 6 (seis) meses.

Preparar a rendição das forças em conformidade com o Plano de Rendição, mantendo a integridade e capacidade operacional da QRF/FND/ISAF.

Acompanhar o desenvolvimento da operação mantendo actualizada a avaliação da situação Político-Militar, bem como o desenvolvimento do conceito da NATO sobre a presença e o emprego de forças no TO do AFG.

Acompanhar a execução dos aspectos de natureza Administrativo-Logístico do aprontamento da Força;

Assegurar a sustentação da QRF/FND/ISAF no TO através de protocolos estabelecidos do antecedente ou outros a estabelecer com o novo enquadramento operacional, complementando este apoio com o do Sistema Logístico Nacional;



Exercer uma política de informação pública activa, em colaboração com o EMGFA, através da SIPRP do Gabinete do CEME;

À ordem, transferir o Comando Operacional (OPCOM) da Força para o CEMGFA, tendo como referência a data da TOA (28FEV07 – TBC).



ANEXO E: ORGÂNICA DE UM BATALHÃO MARINES

(Fonte: <http://www.marines.mil/news/publications/Documents/MCRP%20512D%20Organizational%20of%20Marine%20Corps%20Forces.pdf>)

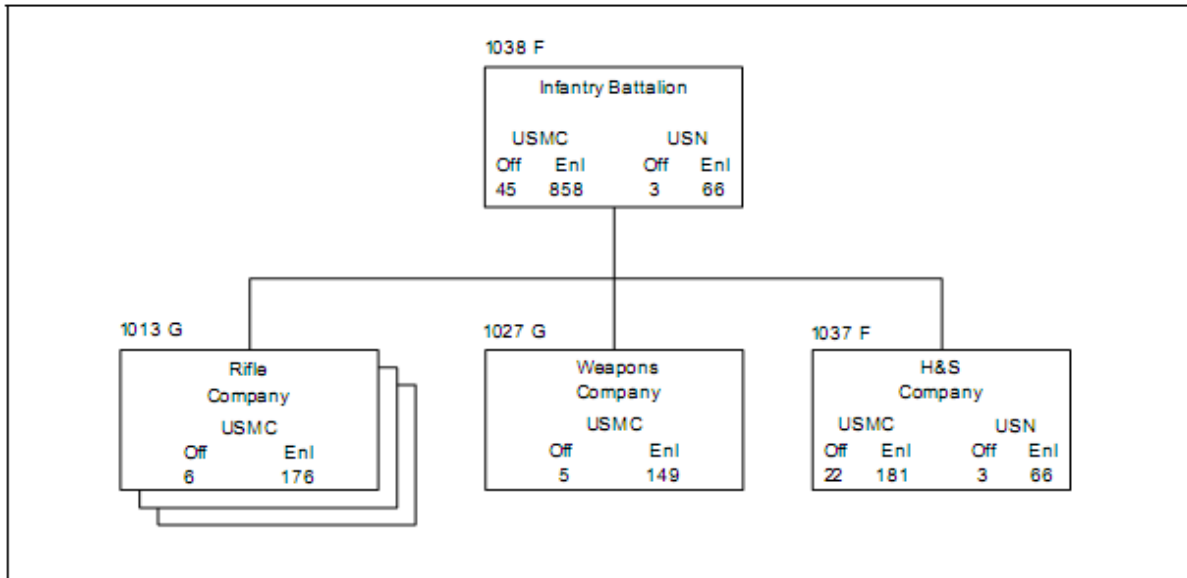


Figura 2 – Batalhão de Infantaria Manines

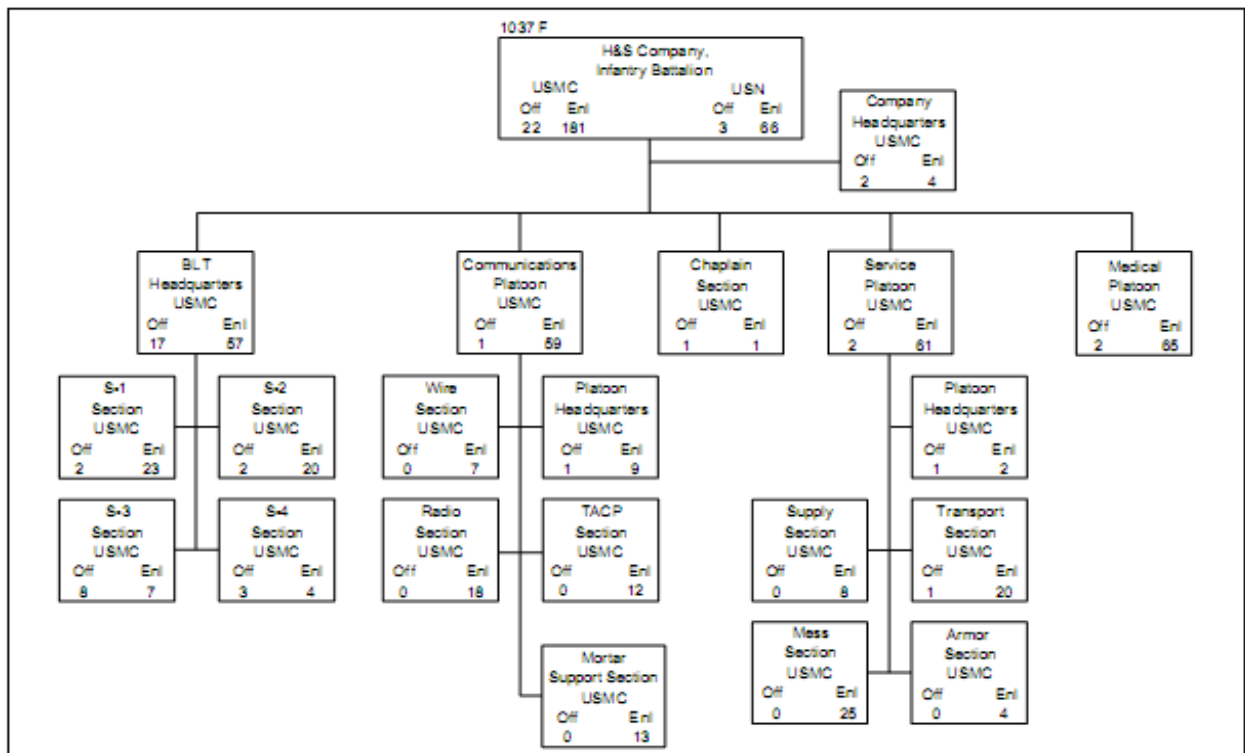


Figura 3 - Companhia de Comando *Marines*

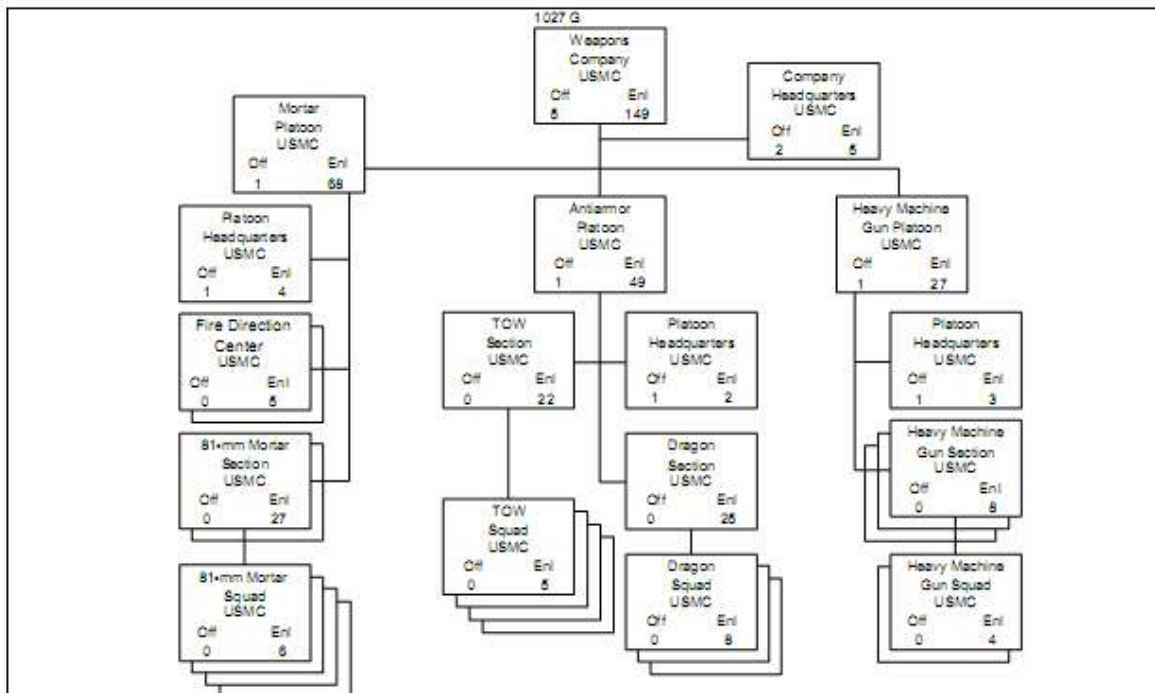


Figura 4 - Companhia de Apoio de Combate *Marines* (Weapons Company)

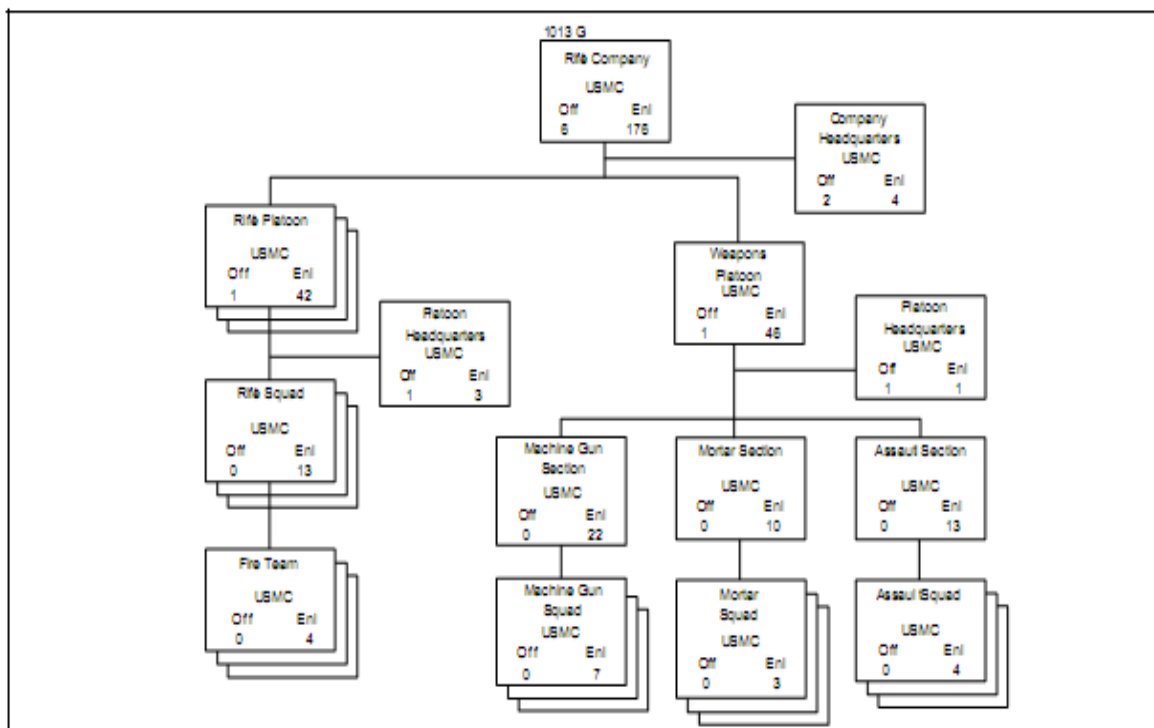


Figura 5 – Companhia de Infantaria *Marines*



Weapon	Series F (Three Rifle Companies)
M9 9-mm pistol	245
M16A2 rifle	645
M203 grenade launcher	107
MK153 SMAW 18	
M249 SAW	81
M240G machine gun	29
M2 .50-cal machine gun	6
MK19 40-mm grenade machine gun	11
M47 Dragon (antitank weapon)	12
M224 60-mm mortar	9
M252 81-mm mortar	8
M40A1 Sniper rifle, 7.62 mm	8
TOW	8

Figura 6 - Armas existentes no Batalhão de Infantaria Marines